

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Andressa Cadorin

**“ENTRE LAÇOS, AFETOS E TRABALHO NÃO REMUNERADO:** uma análise sobre o  
cuidado nas revistas Qualis A1 do Serviço Social brasileiro”

FLORIANÓPOLIS

2023

Andressa Cadorin

**“ENTRE LAÇOS, AFETOS E TRABALHO NÃO REMUNERADO: uma análise sobre o cuidado nas revistas Qualis A1 do Serviço Social brasileiro”**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social. Orientadora: Profa. Michelly Laurita Wiese, Dra.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cadorin, Andressa

"ENTRE LAÇOS, AFETOS E TRABALHO NÃO REMUNERADO: : uma análise sobre o cuidado nas revistas Qualis A1 do Serviço Social brasileiro" / Andressa Cadorin ; orientadora, Michelly Laurita Wiese, 2023.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,  
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Cuidado. 3. Serviço Social. 4.  
Família. 5. Política Social. I. Wiese, Michelly Laurita. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço  
Social. III. Título.

Andressa Cadorin

**“ENTRE LAÇOS, AFETOS E TRABALHO NÃO REMUNERADO: uma análise sobre o cuidado nas revistas Qualis A1 do Serviço Social brasileiro”**

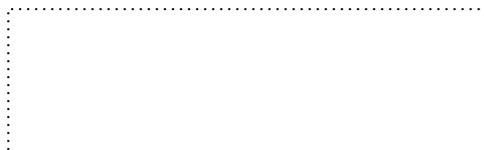
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 28 de novembro de 2023.



Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Profa. Michelly Laurita Wiese, Dra.

Orientadora

(UFSC)



Profa. Keli Regina Dal Prá, Dra.

(UFSC)



Daiana Alves Siqueira Cavalheiro

Assistente Social Hospital Universitário/UFSC

Florianópolis, 2023.

## AGRADECIMENTOS

Entender como o cuidado faz parte da vida e permeia as relações humanas me faz ter certeza de que todas as pessoas que merecem ser agradecidas aqui despenderam um pouco do seu cuidado para comigo, seja embalando meus sonhos, seja partilhando um pouco do seu precioso tempo de vida na minha vida.

Dessa forma não existe possibilidade de não agradecer a quem primeiro cultivou em mim a possibilidade de me tornar protagonista de todas as minhas conquistas, meus pais Idoli e Natalia. Sem suas demonstrações de amor, de carinho e de cuidado provavelmente eu não teria me tornado forte e confiante na certeza de que sou capaz e merecedora de tantas alegrias e conquistas. Apesar das lutas e das dificuldades presentes e que atravessam a vida, vocês nunca deixaram de dizer que o estudo muda a vida e que o conhecimento não é só libertador, como também transformador. A minha gratidão a vocês nunca será paga nessa vida, meu muito obrigada!

Agradeço também a todos os meus familiares que apesar da distância física se fizeram presentes com orações e mensagens de carinho e acolhida, em especial aos meus tios e tias, ao meu irmão Eder e a minha sobrinha e meu grande amor, Luiza. Ao meu primo, Vinícius agradeço pela convivência (pois foram dois anos dividindo o mesmo teto), pela paciência em me ouvir nos momentos de frustrações e dúvidas e pelo incentivo a iniciar a corrida, que se tornou meu esporte favorito de todos os tempos.

Não há como esquecer dos/as professores/as que tive ao longo da minha trajetória. Destaco nesse momento a professora Michelly Wiese que aceitou ser minha orientadora nesse trabalho. Mas, que antes disso me apresentou o caminho da pesquisa e da construção do conhecimento quando me escolheu como bolsista de iniciação científica, e que durante dois anos fez brotar em mim o interesse pelo conhecimento teórico, tão caro para nós assistentes sociais. Obrigada pela partilha, pela acolhida e por dividir o seu tempo e seu conhecimento comigo. Agradeço à professora Keli Dal Prá que aceitou o convite de fazer parte dessa banca de avaliação e que com suas aulas me encantou ainda mais pela área da saúde, sua alegria é contagiante e sua disponibilidade ímpar, meu muito obrigada!

Agradeço também a professora Maria Teresa dos Santos que foi minha supervisora acadêmica durante o estágio obrigatório. Você é para mim uma das maiores inspirações enquanto profissional, sua dedicação e seu cuidado tornaram a experiência de passar pelo estágio uma atividade leve e prazerosa. A professora Sirlândia que foi minha tutora no Programa de Educação Tutorial (PET|SSO) agradeço pela doçura e pela gentileza durante a

convivência enquanto petiana, obrigada pelo aprendizado e pela oportunidade de me permitir crescer em um programa que é reconhecido por fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Agradeço também às minhas supervisoras de campo e em nome delas os campos de estágio que me acolheram. À Daiana Siqueira Cavalheiro agradeço por ter confiado em mim mais que eu mesma no decorrer da minha primeira experiência de estágio em um Hospital Universitário referência para todo Estado. Foi acompanhando teu trabalho que eu tive a certeza que era essa a profissão que eu vim para exercer neste mundo! À Daiana Alves meu muito obrigada pela compreensão principalmente quando precisei aliar as atividades desenvolvidas no estágio com a construção desse trabalho. Agradeço pelo empréstimo de materiais que auxiliaram na fundamentação teórica e também pelas ricas trocas que tivemos durante esses meses no Fórum UFSC em tantas visitas domiciliares e estudos sociais que me mostraram instrumentos fundamentais para o nosso fazer profissional.

Agradeço imensamente a toda rede de amigos que fiz nessa trajetória. Cheguei em Florianópolis/SC em 2019 sem conhecer ninguém e saio daqui com a certeza que os laços e afetos que cultivei serão levados comigo para onde eu for. Meu muito obrigada às queridas Camila, Dyullia, Gisela, Julia Coelho, Karla, Liliana, Mariene e Melícia pela convivência nem sempre diária, mas sempre muito intensa e recheada de cuidado. As minhas queridas Julia Schmitt, Laura e Maria Eduarda Silva nossa aproximação nesses últimos anos de graduação foi essencial para me manter forte diante das alegrias e tristezas do nosso cotidiano, sem vocês não teria sido tão especial passar por tudo isso, guardarei com muito carinho todas as nossas memórias construídas. As minhas amigas de longa data que sempre me estimularam e torceram pelo meu sucesso: Ana Sena e Claudia Biondo. E por fim, agradeço ao meu chaveirinho, minha dupla inseparável nos estágios, uma das mulheres mais fortes que eu já conheci e que tenho a honra de chamar de amiga, minha querida Juliana. Sou verdadeiramente grata ao universo por você ter entrado na minha vida, amiga, e espero não te largar jamais.

Agradeço também a todas as pessoas a quem direcionei os atendimentos durante a realização dos estágios. Algumas dessas pessoas atravessaram a minha vida de uma maneira que eu jamais esquecerei. Passei a enxergar a vida com outros olhos diante de tantas histórias ouvidas, vi que as expressões da Questão Social não só existem como tem rosto, nome, gênero e raça.

E o mais importante de todos os agradecimentos, agradeço a Deus pelo dom da existência. Que eu nunca deixe de sentir sua presença e ser grata por tanto!

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso elaborado tem como objetivo analisar as produções teóricas sobre o cuidado a partir de revistas científicas consideradas Qualis A1 do Serviço Social. Para atingir este objetivo pretende-se evidenciar e estudar os conceitos de cuidado, Estado, política social e família. Nesse sentido, como metodologia realizou-se um levantamento dos programas de pós-graduação em Serviço Social existentes no Brasil. E, em seguida, foram analisados quais programas de pós-graduação listados possuíam periódicos científicos vinculados com certificação de Qualis A1. A partir disso, foram elencados artigos publicados nestes periódicos por meio da busca do indexador “cuidado” entre os anos de 2017 e 2022, devido ao aumento das discussões acerca da temática. Pela identificação das palavras-chave encontradas e da leitura dos artigos chegamos a um universo de 25 produções pertencentes ao escopo dessa pesquisa. Assim, realizou-se a análise do conteúdo identificando nos artigos a aproximação com os objetivos específicos do trabalho, ou seja, quais as intersecções entre o cuidado e o Estado, política social e família e como o Serviço Social tem se apropriado dos estudos e debates sobre o cuidado e suas intersecções com o Estado, política social e família. Nesta análise apuramos que os/as assistentes sociais vêm tecendo críticas quanto ao aumento da responsabilização das famílias enquanto pilar de desenvolvimento das políticas sociais, em que esta assume demandas para além de seu âmbito privado de reprodução social. Ressalta-se também a sobrecarga de atividades desenvolvidas pela mulher, que se torna a principal responsável pela execução dos cuidados, especialmente de crianças e idosos, não compreendida enquanto trabalho, haja vista as mulheres não são remuneradas, na maioria das vezes por desempenhar tais tarefas e quando remuneradas, mulheres negras são requisitadas para fazê-lo. Dentre outros pontos, percebeu-se também que o avanço das propostas neoliberais acarreta retrocessos que rebatem na garantia de direitos já adquiridos por meio da Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere à seguridade social, em especial na área de saúde.

**Palavras-chave:** Cuidado; Serviço Social; Família; Política Social.

## ABSTRACT

The final paper (TCC) aims to analyze theoretical productions on care from scientific journals considered Qualis A1 in Social Service. To achieve this objective, the intention is to highlight and study the concepts of care, the State, social policy, and family. In this sense, a survey of existing postgraduate programs in Social Service in Brazil was conducted as a methodology. Subsequently, it was analyzed which listed postgraduate programs had scientific journals linked with Qualis A1 certification. From this, articles published in these journals were listed by searching the "care" indexer between the years 2017 and 2022, due to the increase in discussions about the theme. Through the identification of keywords found and the reading of articles, we reached a universe of 25 productions within the scope of this research. Thus, content analysis was carried out, identifying in the articles the approach to the specific objectives of the work, i.e., the intersections between care and the State, social policy, and family, and how Social Service has appropriated studies and debates on care and its intersections with the State, social policy, and family. In this analysis, it was found that social workers have been criticizing the increasing responsibility of families as a pillar of social policy development, where families take on demands beyond their private sphere of social reproduction. It is also emphasized the overload of activities carried out by women, who become the main responsible for care, especially for children and the elderly, not recognized as work, given that women are not remunerated, most of the time for performing such tasks, and when remunerated, black women are often requisitioned to do so. Among other points, it was also noticed that the advancement of neoliberal proposals results in setbacks that impact the guarantee of rights already acquired through the 1988 Federal Constitution, especially in relation to social security, particularly in the health sector.

**Keywords:** Care; Social Work; Family; Social Policy.

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E REVISTAS VINCULADAS .....	52
QUADRO 2 - LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS.....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIs	Atos Institucionais
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTI	Grupo Interministerial
IAPs	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IES	Instituição de Ensino Superior
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LBDE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MPAS	Ministério da Previdência e da Assistência Social
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério do Trabalho
NISFAPS	Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Pós-graduação de Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAEC	Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados
SNCF	Secretaria Nacional de Cuidados e Família
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUS	Sistema Único de Saúde
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
WS	Welfare State

## SUMÁRIO

### SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>A PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1</b>	<b>O CUIDADO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE O CUIDADO E ANÁLISES DE CONTEÚDO .....</b>	<b>51</b>
<b>4.1</b>	<b>AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO CUIDADO PELA ÓTICA DA CATEGORIA.....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, direitos sociais básicos foram regulamentados. Tais direitos são contemplados na lógica da Proteção Social, e têm instituído na Seguridade Social – que contempla as áreas da saúde, da assistência social e da previdência social – um modelo que previa a universalidade. Entretanto, com exceção da política de saúde – que também enfrenta limites diante de cortes orçamentários – as demais áreas ainda se encontram sob critérios de acesso que sofrem sanções das gestões, se distanciando, assim, da lógica ampliada de proteção social e passando a ser alvo de retrocessos de direitos. A

A concepção liberal de direitos se contrapõe com a universalidade proposta constitucionalmente, e a partir dos anos 1990 no Brasil, considerado um país capitalista dependente e periférico (Osório, 2019), foi visível o avanço da agenda neoliberal de interesses tendo o Estado perdido espaço para as decisões e anseios do mercado. As reformas sociais iniciadas a partir da referida década também impactaram na tentativa de recriar um regime de bem-estar social como o vigente nos países europeus. Na América Latina, principalmente no Brasil, Sunkel (2006), destaca que diante de um cenário em que a proteção social se dá vinculada ao acesso ao mercado de trabalho, somada a um papel reduzido da intervenção estatal na promoção do bem-estar, as famílias passam a ser protagonistas nas relações sociais. Assim, é no Estado e na família que se encontram o cerne da proteção social, principalmente quando o mercado é insuficiente nas respostas de demandas sociais.

Entra em cena o famoso termo “familismo” que para Mioto (2015), tomando como base as discussões de Saraceno, funciona quando o Estado delega às famílias uma responsabilidade pública dentro do seu núcleo privado de existência e reprodução da vida. Segundo a autora, não se pode invisibilizar o fato de que nas sociedades do Ocidente, o tripé Estado, mercado e família são indissociáveis. Dessa maneira, “o fornecimento de cuidados é tradicionalmente feito pelas famílias, nas quais mulheres desempenham gratuitamente papel central como cuidadoras de crianças, idosos e pessoas com deficiência”. (Queiroz, 2021, p.34).

Assim, é crescente o debate sobre a articulação entre Estado, Proteção Social e as famílias, principalmente recaindo sobre a figura feminina a responsabilização pelos cuidados, no que tange às políticas sociais desenvolvidas. Situada a relevância da temática, traçou-se como objetivo principal deste trabalho entender a forma que o Serviço Social brasileiro se apropria deste terreno fértil de discussões analisando as produções teóricas sobre o cuidado – tomando como base as publicações de revistas científicas provenientes de programas de Pós-

Graduação de Serviço Social entre os anos de 2017 a 2022, tendo em vista o crescente aumento sobre a discussão da temática nos últimos anos.

Partindo dessas inquietações, traça-se como objeto de estudo desse trabalho tem como objetivo analisar as produções teóricas sobre o cuidado a partir de revistas do Serviço Social com conceito Qualis A1. Para atingir este objetivo pretende-se evidenciar e estudar os conceitos de cuidado, Estado, política social e família visto que esses temas representam um crescente nas demandas no cenário político, econômico e social brasileiros.

Para fundamentação teórica deste trabalho, utilizamos a metodologia qualitativa baseada em referenciais bibliográficos como livros, artigos, textos e revistas online e de natureza exploratória. Para Gil (2002) essa pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, visto que envolvem o levantamento bibliográfico.

Em um segundo momento, buscamos pesquisar o que o Serviço Social brasileiro tem produzido acerca da temática cuidado e para isso identificamos via Relatório de Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quais os cursos de pós-graduação na área de Serviço Social existentes e se havia a vinculação destes com algum periódico/revista em formato online.

Foram identificados 36 programas avaliados, sendo eles de Serviço Social; Política Social; Políticas Públicas; Políticas Públicas e Desenvolvimento local; Política Social e Direitos Humanos; Serviço Social, Questão Social, Trabalho e Questão Social; Serviço Social e Desenvolvimento regional; Serviço Social e Políticas Sociais; Política Social; Política Social e Territórios; e Economia Doméstica. Destes, foram encontrados 14 programas com periódicos ativos e 04 revistas/periódicos com alguma vinculação ao Serviço Social, não necessariamente compondo um programa específico de pós-graduação na referida área.

Em seguida, após breve listagem do Qualis de cada revista foram separados a fim de análise, os artigos publicados nas revistas Qualis A1<sup>1</sup>. É importante destacar que a primeira tentativa de pesquisa foi utilizando os descritores “cuidado AND mulher”, contudo resultou pouco frutífero para o que estava sendo buscado nas características desse trabalho, em se considerando o recorte temporal utilizado, decidindo-se assim orientar as buscar apenas pelo descritor “cuidado”. Observou-se, também, que as revistas possuem periodicidade de

---

<sup>1</sup> “O Qualis Periódicos, é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Sua função é auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela Capes”. (Barata, 2016, p.16). Os periódicos considerados A1 têm padrão de excelência internacional e o aceite de artigos passa por critérios rígidos de aprovação, por isso

publicação próprias e que muitas vezes são organizadas chamadas que seguem um tema específico e isso também interferiu na incidência de artigos encontrados entre os anos de 2017 a 2022.

Com base nesta busca, foram encontradas sete revistas vinculadas aos programas de pós-graduação em Serviço Social consideradas Qualis A1, sendo elas as revistas *Argumentum*; *Katálysis*; *Revista de Políticas Públicas*; *Revista em Pauta: Teoria social e Realidade contemporânea*; *Serviço Social e Sociedade*; e *Textos e Contextos e Serviço Social em Questão*. Nestas, foram selecionados artigos correspondentes à discussão do trabalho e acerca do eixo temático cuidado chegando a um universo de 25 artigos que passaram por leitura tanto de suas palavras-chave, quanto de seu resumo e da sua obra por completo. Após a leitura na íntegra dos artigos foram traçadas aproximações a fim de evidenciar os estudos sobre o cuidado, sobre a política social, sobre o Estado e sobre a família bem como procurou-se verificar como o Serviço Social tem se apropriado dessa discussão.

O interesse pela discussão acerca do cuidado se dá após aproximação da pesquisadora no campo de estágio obrigatório, realizado em ambiente hospitalar, e com observação diante das acompanhantes de usuários enquanto internados, sendo que na maioria das vezes essa tarefa era desempenhada por mulheres que muitas vezes tinham um vínculo afetivo-familiar com o paciente internado. Ademais, apreende-se compreender como a categoria profissional tem se apropriado do debate que é complexo e que exige cada vez mais da reflexão crítica para entender a realidade enquanto dialética e por isso perpassada por contradições.

Este trabalho se divide em quatro seções, sendo esta – a introdução - a primeira. A segunda seção se dedica a situar o papel do Estado enquanto operacionalizador das políticas sociais, por meio da compreensão da realidade histórica brasileira diante da luta social diante de um Estado cada vez mais aliançado com a agenda neoliberal rebatendo na construção de políticas sociais particularidades caracterizadas por um bem-estar periférico e com grande influência das práticas familistas.

A terceira seção visa compreender a família e o cuidado. No que tange a família, analisa-se seu papel enquanto instituição social na sociedade capitalista buscando revelar o motivo de ser considerada crucial na proteção social, principalmente por não se distinguir mais a separação entre público e privado no ente família já que esta passa a responder às lacunas deixadas pelo Estado e assume para além do papel de reprodução social, afeto e solidariedade a promoção do bem-estar de seus entes. A responsabilização das famílias passa a ser evidenciada e sua impossibilidade de responder tais demandas favorece a judicialização da vida.

No que se refere ao cuidado, a pesquisadora busca entender que mesmo presente ao longo da história humana ele ainda é invisibilizado enquanto direito social e como o trabalho de cuidado, muitas vezes não remunerado, recai principalmente sobre as mulheres. Entende-se que a discussão sobre o cuidado deve fazer parte da agenda política, como pilar da proteção social.

A última seção se destina a análise da produção teórica dos artigos produzidos visando compreender como a categoria tem se apropriado da discussão sobre o tema, seguida de considerações finais a título de conclusão do trabalho.

## 2 ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL

No campo das políticas sociais brasileiras, a família<sup>2</sup> sempre ocupou lugar de destaque no que se refere à responsabilização sobre a proteção de seus entes, já que vem “sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social” (Pereira-Pereira, 2009, p. 26).

Com frequência percebe-se a discussão acerca de sua composição, do impacto social que a instituição familiar representa e até mesmo da responsabilidade vinculada à família em situações relacionadas aos serviços das políticas sociais. A partir de tais dinâmicas e concebendo como ótica que o Serviço Social brasileiro, inserido na área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, é visto como uma profissão que intervém nas relações sociais, esta seção tem como finalidade evidenciar e estudar os conceitos de Estado, política social e família.

Inicialmente, urge o entendimento acerca das relações sociais em sua totalidade, pois “o modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual”. (Marx, 1977, p. 02). Ou seja, “a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 73).

Para Yazbek (2009) pensar nessa reprodução das relações sociais é bastante inquietante haja vista ao assumir a realidade como sendo mutável, se permite enxergar a reprodução da sociedade de classes e de seus conflitos, bem como traçar estratégias para superá-los. Nesta direção, falar sobre a relação entre Estado e sociedade é falar sobre a,

[...] relação propiciadora da construção da esfera pública que, por sua vez, remete aos nexos entre público e privado como instâncias emergentes nas formações sociais burguesas instituídas nos séculos XVII e XVIII. Foi a partir desse período histórico que Governo e Estado distinguiram-se um do outro, ao mesmo tempo em que o Estado se diferenciou da sociedade fortalecendo o seu domínio sobre esta por meio de aparatos burocráticos, legais, policiais e ideológicos, conformando o Estado absolutista monárquico (Pereira-Pereira, 2009, p. 1).

Estabelecer um único conceito para o termo Estado é complexo e diversos autores apresentam perspectivas diferentes sobre sua definição. Dessa forma,

O Estado não existe em abstrato (sem vinculações com a realidade e com a história) e nem de forma absoluta (assumindo sempre uma única configuração). Quando se fala de Estado, é preciso especificá-lo, isto é, qualificá-lo, porque ele existe sob diferentes modalidades, formas e contextos. Um mesmo país pode viver sob o domínio de um Estado totalitário, em um determinado momento, e de um Estado democrático, em outro. O Brasil é um caso que se enquadra nessa ambivalente situação. Isso indica que o Estado, além de ser um conceito complexo, é um fenômeno histórico e *relacional* (Pereira-Pereira, 2009, p. 7).

---

<sup>2</sup> Este conceito será desenvolvido na próxima seção.

O fenômeno histórico, para a autora, refere-se ao atributo indissociável dos tempos passado, presente e futuro. Não há como esquecer totalmente do passado, haja vista ele permeia situações presentes e projeta situações futuras. No que tange a natureza relacional, esta “não é um fenômeno isolado, fechado, circunscrito a si mesmo e autossuficiente, mas algo em relação” (Pereira- Pereira, 2009, p. 8). É imperioso atentar-se que,

[...] por ser um processo histórico, que contempla passado, presente e futuro, bem como a coexistência de antigos e novos elementos e determinações, a relação praticada pelo Estado tem caráter dialético – no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências entre sujeitos com interesses e objetivos distintos. Ou, em outros termos, a relação dialética realizada pelo Estado comporta igualmente antagonismos e reciprocidades e, por isso, permite que forças desiguais e contraditórias se confrontem e se integrem a ponto de cada uma deixar sua marca na outra e ambas contribuírem para um resultado final. É por isso que se diz que, nesse tipo de relação, há superação de aspectos particulares, mas não a recusa desses aspectos (Pereira-Pereira, 2009, p. 8).

Com o estabelecimento do modo de produção capitalista como um novo sistema produtivo nos séculos XVIII e XIX a discussão sobre Estado, sociedade civil e bem-estar tomaram novos ares. (Behring; Boschetti, 2011). Seguindo na linha de raciocínio do liberalismo burguês, tendo como expoentes Adam Smith e Thomas Malthus,

o Estado não devia intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais. Mas, paradoxalmente, podia e devia agir firmemente para garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil (Lux, 1993 apud Behring; Boschetti, 2011, p. 61).

Com a intenção de enxugar as funções do Estado, tornando-o mínimo e a visão de que as políticas sociais não deveriam ser fomentadas, pois acarretaria comodismo, as expressões da questão social<sup>3</sup> como a fome e a miséria foram tratadas de modo arbitrário. (Behring; Boschetti, 2011).

Autores contemporâneos, baseado nas publicações de Marx e Lênin, como Antonio Gramsci trazem um contraponto acerca do conceito de Estado liberal burguês defendido por Smith e Malthus. Pode-se dizer que Marx e Gramsci partem de uma perspectiva comum que é o reconhecimento da sociedade civil como fator essencial para compreender como se desenvolve o modo de produção capitalista para compreender o que é Estado,

[...]contudo para Marx a sociedade civil é estrutura (relações na produção). Para Gramsci, ao contrário, ela é superestrutura, que representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida

---

<sup>3</sup> “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (Iamamoto; Carvalho, 1983, p.77)

espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações toma-se o centro da análise, e não a estrutura (Carnoy, 1988, p.90).

Nesse sentido, Osório (2014) analisa como o capitalismo opera de maneira extensiva, expandindo-se para os mais distantes cantos do planeta, e também de maneira intensiva, reforçando sua dominação e exercendo novas modalidades de sujeição e controle sobre territórios já subordinados. A formação do capitalismo como sistema mundial constitui um processo em que se utilizou,

a força do Estado-nação, para ditar e impor as pautas de reorganização do sistema-mundo, utilizando os organismos financeiros internacionais, os conglomerados transnacionais e o capital financeiro-especulativo, bem como as novas redes de comunicação, ou através de operações militares diretas, orientando a mundialização numa direção que de modo algum é neutra do ponto de vista social e político (Osório, 2014, p.203).

Contudo, nos países periféricos, com destaque para o Brasil e demais países latinos, Osório, (2014) relembra que o capital operou de forma a fragmentar a soberania de tais democracias com intuito de manter a ordem e disciplina, fazendo que as economias correspondessem aos interesses das grandes potências mundiais.

Para Behring e Boschetti (2011), a mobilização e a luta da classe trabalhadora foram protagonistas importantes para que a natureza do Estado liberal sofresse mudanças. Isso se deve, pois, a classe trabalhadora enquanto classe social é capaz de entender o elo dos campos social, econômico e político, sem dissociar nenhuma dessas áreas, apesar de que cada campo estabeleça suas próprias prioridades (Osório, 2014).

No campo social, discussões permeadas pela noção de direito e cidadania, culminaram no estabelecimento de pautas ligadas às políticas sociais. No Brasil, tem-se que seu início,

[...] foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (Behring; Boschetti, 2011, p. 64).

Para Pereira- Pereira (2009) não é possível afirmar que o Brasil viveu um Estado de bem-estar social, comparado com o regime ocorrido em países europeus. Inicialmente, cabe ressaltar que o WS, ou Estado de bem-estar social, foi considerado um marco para o desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa Ocidental.

O Estado de bem-estar é a apresentado com modelos e abordagens que variam de acordo com cada autor, mas em resumo, tem-se como horizonte a característica de que “assume a proteção social como direito de todos os cidadãos porque a coletividade decidiu pela incompatibilidade entre destituição e desenvolvimento” (Vianna, 2011, p.11).

Dentre os autores que trabalham a temática, destacam-se os estudos de Esping-Andersen (1991). O referido autor identificou três modalidades referentes a proteção social no capitalismo: liberal, conservador e social-democrata. No modelo liberal, prevalente em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália, a assistência a ser promovida pelo Estado atinge apenas os comprovadamente pobres, as regras para recebimento dos proventos são estritas e estigmatizantes, além de que esta modalidade encoraja o mercado a garantir apenas o mínimo.

No regime conservador predomina a diferença de classes e status, característico de países como Áustria, França, Alemanha e Itália. Aqui é marcado que a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência de mercado nunca foi acentuada. O corporativismo estatal é moldado fortemente pela presença da instituição igreja.

A modalidade social - democrata é composta por um menor grupo de países nos quais as políticas sociais universais e os direitos foram estendidos não apenas às classes menos favorecidas, mas também, às classes médias. Buscam-se a igualdade e a melhoria nos padrões de qualidade, não uma igualdade em necessidades mínimas. Nesta modalidade exclui-se o mercado, construindo-se uma solidariedade essencialmente universal.

Esping-Andersen (1991 *apud* Miotto, 2008, p.135) reforça que os conhecidos sistemas de proteção social se,

[...] estruturaram a partir das diferenciações existentes em relação a desmercadorização, aos padrões de estratificação promovidos pelas políticas sociais e pela forma que se entrelaçaram o papel do mercado e da família com as atividades estatais. São essas as condições que possibilitam analisar a proteção social nas diferentes sociedades na perspectiva de emancipação da família em relação ao mercado, bem como identificar até que ponto o Estado funciona como fonte de apoio a família.

Nesta direção, a junção de aspectos particulares do Brasil - em que a família configura protagonismo na proteção social - auxiliaram a produção de um sistema de “bem-estar periférico”, com nuances distintas do WS praticado nos países europeus centrais. (Pereira-Pereira, 2011). Para Saraceno (1995), aliás, os Estados de bem-estar têm como característica comum um modelo familiar que segue duas vias: a participação do homem como chefe de família e seu importante papel como provedor inserido no mercado de trabalho e a participação feminina a quem na maioria das vezes eram delegados os trabalhos domésticos sem remuneração, tidos como invisíveis, mas vitais para prosperidade.

Contudo, diferentemente das políticas sociais aprimoradas nos países capitalistas, Pereira- Pereira (2011) reforça que a proteção social no Brasil não se apoiou na garantia de pleno emprego, nem nos serviços sociais universais e curiosamente sob regimes totalitários e conservadores a política social brasileira foi expandida. Dessa forma, o próximo subitem tem

como a finalidade especificar as particularidades da proteção social do país e compreender a relação entre o Estado, a política social e o sistema econômico no percurso histórico de avanços e retrocessos da sociedade brasileira.

## 2.1 A PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A partir da breve discussão sobre o Estado é importante descrever como se conformou a proteção social brasileira. Nesta direção, Pereira-Pereira (2011) caracteriza o sistema de proteção social vivenciado no Brasil, merecendo destaque, dentre outros traços, a ingerência imperativa do poder executivo, a seletividade de gastos sociais e a restrição e a incerteza financeira. É imperioso destacar que durante os anos de 1930 a 1945, conhecidos como “Era Vargas”, o então presidente Getúlio Vargas proporcionou avanços no que tange aos direitos sociais, com destaque à proteção previdenciária. Ainda que a Lei Eloy Chaves sancionada em 1923 seja considerada a primeira legislação que origina a Previdência Social, foi em 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que o Estado passou a gerir tal política, articulando determinados segmentos de profissões urbanas e estabelecendo uma gestão tripartite (Estado, empregadores e trabalhadores).

Desse momento, pode-se delinear que os IAPs “representaram a agregação de direitos sociais ao conjunto de leis trabalhistas implementado por Vargas, como parte do seu projeto de reorganização do processo acumulativo, para encaminhar preventivamente o conflito entre capital e trabalho” (Vianna, 2011, p. 140). Pequenos avanços na política de saúde passam a surgir, mesmo com o cerceamento da cidadania, já que havia a manutenção de desigualdades entre os cidadãos, pois para a população que não estava vinculada às categorias geridas pelos IAPs, como ferroviários, marítimos e bancários, e tampouco possuíam algum vínculo formal de trabalho, bem como eram moradores de áreas rurais não havia acesso à assistência médica. (Vianna, 2011).

O período entre o final da “Era Vargas” (1945) e o início da ditadura brasileira (1964), foi marcado por disputa de projetos políticos e pelo acirramento da luta de classes. O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) marcou o fim do período de “Estado Novo” de Vargas e o início da fase democrática, com a reorganização de partidos políticos. Nesse governo ficou bem demarcada a aproximação estratégica do Brasil com os Estados Unidos, após o encerramento da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, dessa forma a aproximação com o liberalismo foi intensificada como estratégia de parceria entre os dois países. É também neste governo que se inicia a construção do plano de desenvolvimento conhecido por SALTE,

com intuito de promover o desenvolvimento nas áreas da Saúde, Alimentação, Transportes e Energia. Esse plano deu início ao período de desenvolvimentismo brasileiro, ou seja, uma política econômica que visava industrializar os países em desenvolvimento como o Brasil, sob a ótica da produção e da produtividade, tendo como carro chefe o setor industrial, superando assim problemas econômicos e sociais. (Fonseca, 2015)

O retorno de Vargas ao poder em 1951 dá continuidade à lógica desenvolvimentista e, apesar de não materializar as ações em um plano específico como o feito por seu antecessor Dutra, Getúlio Vargas procurava dar respostas necessárias a cada área responsável pelo crescimento econômico, sem tratá-las de forma individual, compreendendo a totalidade do cenário político, econômico e social brasileiro. A efetivação das ações do desenvolvimentismo nesta gestão era norteadas por cinco eixos a saber,

- 1) desenvolvimento industrial a partir de um bloco de inversões públicas e privadas em infraestrutura e indústria de base, reservando à empresa estatal um papel estratégico de desenvolvimento;
- 2) desenvolvimento da agricultura com base em ação estatal na melhoria das técnicas, mecanização e financiamento, bem como no sistema de armazenagem e comercialização;
- 3) avanços na redistribuição de renda com base no controle dos preços dos alimentos e em melhorias no sistema de transporte de massa;
- 4) organização de um sistema de financiamento pautado pela criação de bancos estatais (um central e vários regionais) que contassem com recursos de base tributária, dentre outros, com o propósito de financiar investimentos públicos e privados; e
- 5) articulação com a economia internacional pautada por critérios e condições para receber capitais estrangeiros, bem como para remeter lucros ao exterior (Draibe 1985 *apud* cario, 2014, p.70).

Mas é no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) que o desenvolvimentismo alcança seu ápice. Com o lema de governo “50 anos em 5” o presidente em questão lançou um Plano de Metas, nas quais visava expandir o setor industrial, de energia, de transportes, o setor educacional e a alimentação, contudo foram principalmente os setores de transportes - com o incentivo à construção de rodovias em detrimento de ferrovias, e o setor industrial – com fortalecimento das indústrias de base como siderúrgicas que mais se desenvolveram no período. No campo social, porém, as mudanças foram coadjuvantes, já que foi

[...] marcado por um ambicioso sonho nacional-desenvolvimentista de trazer para o país, em cinco anos, um progresso equivalente a cinquenta anos de crescimento industrial, a política social só teve vez como peça subsidiária a realização desse progresso. Não à toa, a educação contida no Plano de Metas do governo Kubitschek visava quase tão somente preparar recursos humanos para empresas estrangeiras que aqui se estabeleceram, sobretudo as do ramo automobilístico (Pereira-Pereira, 2012, p.733).

O período democrático brasileiro dava indícios de finalização quando após os breves mandatos de Jânio Quadros e João Goulart, a ditadura chega ao poder. Durante os anos de 1964 a 1985, auge da ditadura militar brasileira, é possível traçar subperíodos com particularidades

específicas. Entre os anos de 1964 e 1967 “deu-se continuidade aos programas e projetos da era populista” e,

[...] tratava-se, portanto, de uma política social, que no limite, tornou-se extensão da política econômica. [...] ademais, tal política ficava fora do planejamento central, por ser um estratégico investimento informal em recursos humanos e instrumento de legitimação do poder estatal, especialmente perante a classe média (Pereira-Pereira, 2011, p. 136).

Sobre este período, também cabe destaque a importância da política social enquanto acumuladora de riquezas. Para Pereira (2011) os programas sociais criados visavam atender interesses de economia vinculados a empresas, mesmo compondo propostas do Estado. Behring e Boschetti destacam a política nacional de habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que propiciou “um período de forte crescimento das empreiteiras, num contexto de nenhuma transparência e controle de gastos públicos, dada a opacidade do Estado ditatorial. ” Ou seja, “embora públicos na sua gestão, tais programas tiveram a sua execução privatizada” (Pereira-Pereira, 2011, p. 137).

Até o ano de 1974 esse cenário permaneceu fortalecido, com a construção de obras faraônicas, a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a Renda Mensal Vitalícia, para idosos pobres. Entretanto, a partir de 1975, sinais de desgaste do projeto modernizador-conservador surgem. De acordo com Pereira-Pereira (2011), medidas autoritárias como o “Pacote de Abril”, instituído pelo então presidente Ernesto Geisel, no qual dentre outras ações, estabelecia a eleição indireta para governadores e antecipava as eleições para presidente da república foram mal recebidas pelos trabalhadores e movimentos sociais que se organizavam para eleições democráticas. A resposta do governo Geisel foi de suavizar abrandar a conjuntura que se desenhava como “instituir uma nova política salarial, baseada nas negociações diretas entre empregados e empregadores” (Pereira-Pereira, 2011, p. 144). A autora salienta, no entanto, que os Atos Institucionais (AIs) e o Pacote de Abril, considerados como mecanismos de contenção política não deixam de existir.

Uma das consequências desse processo foi a amplificação do distanciamento do governo com a população, sendo que “a política social passou a ser estrategicamente intensificada” (Pereira-Pereira, 2011, p. 144). Sobre esse fenômeno de afastamento - aproximação do Estado das questões sociais, Mészáros (1997 apud Pereira, 2007, p. 25) diz,

É esperado que o aparelho estatal comprima sua participação como provedor de políticas públicas reduzindo ao máximo os gastos sociais e como regulador da economia extinguindo suas tentativas de limitar ou moderar os processos econômicos. Por outro lado, há também a expectativa de que o Estado mantenha se forte o suficiente para ser capaz de gerir a pobreza e os pobres; conter manifestações e conflitos de classe indômitos; aprovar e proteger legislações que favoreçam a expansão do mercado e a reprodução do capital; socorrer empresas e bancos em

colapsos financeiros. Indispensável ao capitalismo em todas as suas fases, a intervenção estatal não deve ser extinta, mas reorientada para o atendimento das necessidades do capital.

Na década de 1980, principalmente durante o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1980-1985), os gastos com políticas sociais foram reduzidos. Behring e Boschetti (2011) sinalizam que esse cenário não foi exclusivo do Brasil, reverberando em diversos países da América Latina. Houve,

[...] um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, a qual entre 1980-1985, obteve indicadores catastróficos, a exemplo de: investimento interno bruto em queda de 26,9%; PIB per capita em queda de 8,9%; fluxo de importações em queda de 41,0%; e um crescimento médio do PIB de 2,3% entre 1981 e 1985, ou seja, pífio (Kucinski; Branford, 1987, apud Behring; Boschetti, 2011, p. 139).

A crise de endividamento que assolou a América Latina foi devastadora. Behring e Boschetti (2011) destacam que apesar de grande fatia da dívida ter sido contraída pelo setor privado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) interveio na agenda econômica, pressionando que a dívida gerada fosse socializada, sendo assim, 70% da dívida externa tornou-se estatal. Com isso, “ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes” (Kucinski; Branford, 1987 apud Behring; Boschetti, 2011, p. 139).

As autoras, respaldadas pelos estudos de Kucinski e Branford, indicam que a decisão que partiu do governo diante das três possibilidades disponíveis foi a de emitir títulos da dívida, elevando juros e alimentando o processo inflacionário. O Brasil então alcançou números estratosféricos de inflação anual e como efeitos destacam-se,

[...] a crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição à expansão de direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980, quando a estagnação chega à periferia, fazendo cair os índices de crescimento, deslegitimando os governos militares e dando fôlego às transições democráticas (Behring; Boschetti, 2011, p. 139).

O período de transição para a democracia liberal, conceito trazido pela autora Potyara Pereira, caracterizou-se,

[...] em primeiro lugar, por uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e em segundo lugar, por uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial (Pereira-Pereira, 2011, p.148).

Behring e Boschetti (2011) sobre a Assembleia Constituinte reiteram que esta foi composta pelo Congresso Nacional, não restando espaço para as reivindicações dos movimentos populares que absorviam propostas da classe trabalhadora e da população no geral.

Cabe destacar que, “esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites” (p.141). E ainda, foi exemplo ao encaminhar eixos na Constituinte, como a “reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade comunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária” (p.141).

Em resumo, de acordo com Behring e Boschetti (2011) a Constituinte efetivou uma arena de disputas entre interesses distintos, tensionados pelas classes dominantes e pelo movimento popular. Contudo, “manteve fortemente traços conservadores como ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...], a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica” (p.142).

O conservadorismo tem raízes históricas no Brasil, que enquanto colônia portuguesa, teve economia latifundiária, baseada na monocultura de cana-de-açúcar e sociedade escravista, dessa maneira, segundo Behring e Boschetti (2011) explica-se a forma como as relações sociais tipicamente capitalistas se desenvolveram no território nacional de modo bastante diferente das relações sociais existentes nos países nos quais a Revolução Industrial teve início. Assim, as autoras indicam que não há como pensar em como as políticas sociais se instituem por aqui sem considerar tais particularidades.

Sobre a consolidação do capitalismo no Brasil, de acordo com Fernandes (1987, apud Behring; Boschetti, 2011, p. 72) “o processo específico brasileiro só é realmente impulsionado com a criação do Estado nacional. [...] Foram decisivos os processos como a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, na direção de uma nova sociedade nacional”. O avanço econômico de um Estado nacional pungente com vistas à modernização de sua matriz econômica estabelece uma relação de dicotomia com aspectos sociais, deixados em segundo plano pelas elites aristocráticas.

A aprovação da Constituição Federal de 1988, trouxe à luz da sociedade brasileira da época o início da possibilidade de retomada democrática. Pode-se dizer que,

A Constituição de 1988 é um marco no processo civilizatório brasileiro. Em mais de 500 anos de história foi a primeira vez que os brasileiros tiveram no plano legal, simultaneamente, direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Um processo que, na Inglaterra, por exemplo, foi construído ao longo de três séculos. Por breves trinta anos, alcançamos a cidadania plena (Fagnani; Teixeira, 2019, p. 116).

Fagnani (2019) afirma que por meio da promulgação da Constituição Cidadã, o Brasil conseguiu alcançar o paradigma dos “anos de ouro”<sup>4</sup> que já era adotado nos países capitalistas centrais. Contudo, compreende que,

Os princípios que orientam a contrarreforma neoliberal na questão social eram antagônicos aos da Carta de 1988: o Estado de bem-estar social é substituído pelo “Estado mínimo”; a seguridade social, pelo seguro social; a universalização, pela focalização; a prestação estatal direta dos serviços sociais, pelo “Estado regulador” e pela privatização; e os direitos trabalhistas, pela desregulamentação e pelas relações “flexíveis”(Fagnani, 2019, p.119).

Posteriormente ao final do período ditatorial, com a retomada da democratização, houve mudanças que se configuraram como avanços e retrocessos, contudo, a fim de condensar as análises, optou-se por focalizar o percurso histórico nas mudanças econômicas e políticas, principalmente focando nas políticas sociais.

A década de 1990 passou por altos e baixos no que tange à adaptação de uma democracia nascente com o avanço da agenda neoliberal mundial. A eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992), o primeiro presidente eleito pelo voto popular, teve seu governo marcado por escândalos de corrupção, sendo instaurado pela Câmara dos Deputados um processo de *impeachment*. Contudo, o foco assumido pelo governo enquanto se aguardava o direcionamento do processo de impedimento do até então presidente medidas foram alavancadas numa tentativa de

[...] desfigurar a seguridade social; o orçamento da seguridade social; o Plano de Benefícios, Custeio e Organização da Previdência Social; a Lei Orgânica da Saúde (LOS); o veto integral ao Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social (Loas); as contramarchas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE); as novas distorções no financiamento do seguro-desemprego; e os desvios na regulamentação do art. 8º da Constituição Federal referente aos direitos trabalhistas e à organização sindical (Fagnani, 2019, p.121).

Durante o mesmo período, de acordo com Fagnani (2011) ganha cada vez mais força e espaço na discussão econômica e política a tendência de adoção de um Estado mínimo, na qual o desenvolvimento social dispensa as políticas universais, focalizando apenas na população mais pobre, fragilizando o sistema de proteção social. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), essa tendência foi fortalecida e, “houve antinomia entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado e as possibilidades do desenvolvimento social” (Fagnani, 2011, p.3). Existiu um intenso avanço das privatizações que alcançaram diversos setores das políticas sociais, como a educação e a saúde.

---

<sup>4</sup> Trata-se do período que se estende após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970 no qual principais países capitalistas, como os Estados Unidos da América, conseguiram prosperar economicamente, mantendo baixo nível de desemprego e regulando suas taxas de inflação.

Já em 1995, ficavam aparente as tentativas de uma reforma estatal, a partir da publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), amparado pelo recém-criado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) e apoiado pelo então ministro da economia Luiz Carlos Bresser-Pereira. Segundo Abruscio (2020), o PDRAE foi influenciado pela conjuntura vigente, em que repercutiam a redemocratização do país, a proposta de ampliação dos direitos sociais e a necessidade de mudança no modelo que deu suporte ao Estado nacional-desenvolvimentista. Ademais, “o PDRAE procurou conciliar essas preocupações em torno de um novo paradigma de gestão, chamado de administração pública gerencial. O sucesso dessa combinação dependeu muito do lugar estratégico do Mare no governo FHC.” (Abruscio, 2020, p. 12).

Para Abruscio (2020) o Mare era composto por uma mescla de profissionais atuantes na burocracia federal, além de pessoas influentes na academia, e tinha como horizonte um forte projeto de reformulação do que se conhecia até então sobre a administração pública. Para o referido autor, dessa forma que Bresser-Pereira misturava ideais democrático, social e econômicos com um modelo de gestão que profissionalizava a burocracia, sendo que as mais bem-sucedidas ações do plano foram a gestão por resultados e a flexibilização organizacional e na política de pessoal. Assim,

[...] Mesmo sem revolucionar o Estado brasileiro, o plano diretor foi importante disseminador de instrumentos de gestão por resultados em todos os níveis de governo e em várias políticas públicas, em aspectos como monitoramento, avaliação, planejamento estratégico e, em menor medida, mecanismos de contratualização (Abruscio, 2020, p.16).

Especialmente entre os anos 1996 a 1998, foi apresentado o documento intitulado “Uma estratégia de desenvolvimento social” que visava um plano de propostas nacionais para as políticas sociais a serem desenvolvidas. Para Draibe (2003), porém, o documento apesar de garantir os direitos sociais e promover a igualdade de oportunidades, garantindo proteção aos grupos vulneráveis, deixava em escanteio os programas públicos sociais ou de impactos sociais. Ademais, deixa claro que existem barreiras e limites, chamados de condicionantes externos, em que esbarra a política social tais quais a retomada do crescimento, a geração de emprego e a distribuição de renda.

De acordo com a referida autora, apesar de FHC ter realizado reformas parciais na educação (ensino fundamental), previdência e saúde, na área social as mudanças não obtiveram um caráter de reforma, porém ainda houve avanços,

[...] A descentralização, a implantação da prática da avaliação e a democratização da informação efetivamente encabeçam as alterações mais visíveis e sistemáticas aplicadas na área. Também a participação social registra aumento, seja pela

institucionalização dos conselhos nacionais, previstos ou não na legislação, seja pela vinculação de conselhos locais à operação de programas, especialmente os descentralizados, com o objetivo de estimular o envolvimento e o controle social dos beneficiários e da comunidade. (Draibe, 2003, p.76).

Tomando como destaque a área da assistência social, Draibe (2003) traz apontamentos sobre a trajetória da assistência social como política, definida na Constituição de 1988 e fortalecida com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Contudo, sua implementação, de fato, ocorreu apenas no primeiro mandato do governo de FHC, com a extinção da LBA e uma mudança no perfil da assistência social, distanciando sua razão de ser do assistencialismo e da benesse, assumindo caráter de política, suprindo as necessidades sociais básicas das pessoas.

Consoante com esse movimento de reafirmação da escolha pelo distanciamento do clientelismo oportunizado em períodos anteriores, focou-se na criação de órgãos reguladores como o Conselho Nacional da Assistência Social (CONANDA), Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), os conselhos e os fundos estaduais e municipais. Assim, “ao final do primeiro período do governo FHC, o país já contava com um sistema nacional de assistência social de forte institucionalidade, apoiado em fundos, órgãos e conselhos estaduais e municipais e periodicamente mobilizado por conferências nacionais” (Draibe, 2003, p.87).

A Rede Social Brasileira de Proteção Social, uma das propostas eleitorais do programa eleitoral de 1998, era delineada no país. Esta Rede foi “concebida como um conjunto de transferências monetárias a pessoas ou famílias de mais baixa renda, destinado a protegê-las nas distintas circunstâncias de risco e vulnerabilidade social” (Draibe, 2003, p.88). E nesse momento a Rede Social em questão unificava programas das políticas sociais, merecendo destaque, entre outros, o Bolsa-escola (MEC); Bolsa alimentação (MS); Benefício mensal para idosos e portadores de deficiência (MPAS) e Seguro desemprego (MT).

Com o final dos governos de FHC, Tristão (2011) refere que apesar de assumirem uma vertente neoliberal, eles não conseguiram em completude realizar as reformas estruturais exigidas pelos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Estas eram esperadas para que houvesse maior adequação da economia brasileira aos interesses de valorização financeira do capital. Porém, o início de um novo mandato presidencial, de Luís Inácio Lula da Silva, alavancou tais expectativas, tornando-as reais e recebendo elogios das agências reguladoras.

Fagnani (2011), nesta direção, diz ser inevitável destacar o quanto o primeiro governo de Lula, com ênfase nos anos de 2003 a 2005, vivenciou uma fase ambígua, entre a perspectiva de mudança e a necessidade de continuidade proposta por FHC e sua equipe. Ademais, a base

de governo, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e por uma coligação reunindo demais vertentes políticas como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Liberal (PL), conviviam de forma tensionada, ou seja, havia por um lado a defesa dos direitos universais e por outro o desejo pela manutenção de um Estado mínimo, principalmente para atender a área econômica. Assim sendo, os impactos sociais construídos nas gestões Lula refletem grandes avanços, contudo as políticas universais e estruturais mantiveram-se discretas.

Outro ponto que produziu debates acalorados no tensionamento dentro do próprio governo, de acordo com Fagnani (2011), foi a proposta do Ministério da Fazenda de um programa de ajuste a longo prazo, o programa chamado “déficit nominal zero”, o qual previa que durante o prazo de execução, ou seja, durante dez anos seria reduzida a razão dívida/PIB, de 50% para 30%, focando no abrandamento da dívida ao invés de focar no crescimento do PIB. A variável de ajuste para tal cálculo recaía no sistema de Proteção Social, dessa forma, para garantir o sucesso do plano haveria cortes no gasto social, implicando em uma reforma da Previdência e dificultando o acesso da população ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o plano foi frustrado quando a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, desautorizou seu prosseguimento.

A partir do ano de 2006 o cenário político passou a mudar. Com o segundo mandato de Lula (2007-2010) as tensões entre os interesses econômico e social reduziram, pois, o país experimentava uma intensa onda de crescimento econômico, impactando no aumento da geração de empregos e na transferência de renda, por exemplo. Então, “esses fatores contribuíram para a elevação da renda das famílias que, juntamente com o crédito, impulsionou o mercado interno de consumo de massas, base do ciclo de crescimento”. (Fagnani, 2011, p. 122).

Tomando como o horizonte de prioridades sociais elencadas no governo de Lula, aliadas ao bom momento econômico que o país experimentava, tem-se que a política social no período,

[...] estabeleceu-se em três eixos: Fome-Zero (e o Bolsa-Família), Previdência Social e Seguridade Social. O primeiro eixo é claramente compensatório e limitado, e os dois segundos configuram-se como regressões neoliberais a favor do mercado em detrimento a direitos propostos pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) (Tristão, 2011, p.122).

Segundo Fagnani (2011) o Programa Fome-Zero era o protagonista na estratégia social do governo Lula. Este programa expandia a visão das ações no combate à fome, pois além da transferência direta de renda, tinha como estimativa desenvolver ações que transitavam desde o fornecimento de merenda escolar, até mesmo impactar e desenvolver a discussão a respeito da Reforma Agrária. Embora tivesse o intuito de focalizar a atuação com o recorte de renda

específico (pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza), o Programa Fome-Zero foi substituído pelo Programa Bolsa Família que era mais abrangente, visto que “atendeu inicialmente quase cinco milhões de famílias, sendo gradualmente ampliado, gerando benefícios.” (Tristão, 2011, p.123).

Tristão (2011) evidencia que apesar do Programa Bolsa Família ter impactado positivamente e avançado na questão das políticas sociais que o então governo decidia desenvolver, era limitado, pois o livre mercado ainda era arbitrário nas decisões econômicas. Outrossim, “a história da acumulação brasileira indica que ela estabelece uma lógica perversa, de forma que se aprofundam as desigualdades e aumenta a pobreza, mesmo quando a economia cresce”. (Marques; Medeiros, 2005 *apud* Tristão, 2011, p.124).

Em 2005, segundo Fagnani (2005), é importante destacar que foram tomados dois importantes avanços para consolidar a política de assistência social no país. Foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ficou instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) efetivando a importância da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Para o referido autor, o segundo governo de Lula adota uma roupagem desenvolvimentista, ou seja, entre os anos de mandato (2006-2010), com o positivo crescimento econômico do país, a agenda social não se distanciou da política, recebendo ainda expressiva atenção e investimento. Isso significa dizer que, “No campo político e ideológico emergiu um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado na economia e na regulação dos mercados.” (Fagnani, 2011, p. 15).

O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)<sup>5</sup>, lançado no ano de 2007 estimulou o crescimento do PIB e o Brasil enfrentou a crise econômica mundial de 2008 sem sentir impactos profundos, assim, “conjugou-se com êxito estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda, inclusão social e promoção de cidadania” (Fagnani, 2011, p.17). Para o autor, inclusive, os investimentos no social no período foram de suma importância para a população pauperizada, já que houve o fortalecimento e a expansão do Programa Bolsa Família, que atendia cerca de 40 milhões de pessoas e foi responsável por retirar 28 milhões de brasileiros da linha da miséria.

---

<sup>5</sup> Programa de governo que assumiu uma postura desenvolvimentista, isso significa que o Estado passou a participar mais ativamente na base da economia, e “impulsionou investimentos públicos e privados na área da infraestrutura econômica e social” (Fagnani, 2011, p.16).

A nova estratégia adotada no setor social estava sendo delineada de forma notável, entretanto, a consolidação desse empenho não teria prazo determinado, precisando continuamente de incentivo. Sendo necessários dois caminhos cruciais,

Primeiro, construir mecanismos de controle e regulação no setor privado na gestão das políticas sociais. [...]segundo, reestabelecer bases de financiamento sustentáveis consagradas na Carta de 1988, o que requer medidas complexas como a extinção da Desvinculação das Receitas da União; Reforma Tributária progressiva, aplicação integral dos recursos do Orçamento da Seguridade Social na Seguridade Social [...]” (Fagnani, 2011, p.26-27)

Após dois mandatos consecutivos, o governo do Partido dos Trabalhadores buscou a continuidade no poder lançando como candidata a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Com o slogan “Para o Brasil seguir mudando”, a candidata foi eleita e tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência do país. Durante seu primeiro governo (2011-2014), Dilma precisou lidar com os reflexos da crise mundial iniciada em 2008, com consequências ainda sentidas nos países desenvolvidos, especialmente nos europeus, que lidavam com a recessão e tais impactos ressoavam na economia brasileira. Logo,

Com estímulos externos desfavoráveis, vieram à tona as fragilidades estruturais do crescimento da década anterior, apoiado no modelo social desenvolvimentista de política econômica e na reprimarização da estrutura produtiva. As mudanças estruturais necessárias para a continuidade do crescimento econômico não se concretizaram ao longo do ciclo de prosperidade mundial (Gentil, 2017, p.11).

A política fiscal marcante do período Dilma trouxe características conservadoras ao mandato e houve desaceleração no investimento agregado das políticas sociais. Cabe ressaltar que, “o governo sacrificou os interesses de sua tradicional base de apoio eleitoral, localizada entre sindicatos, famílias de baixa renda e segmentos de renda média, ao fazer reformas regressivas nas regras de acesso a benefícios sociais antes tidos como invioláveis” (Gentil, 2017, p.12). Para Gentil (2017), o investimento público reduzido impactou na entrada do setor privado em áreas antes majoritariamente públicas, por meio de leilões de concessões de infraestruturas como portos e aeroportos. Além disso, o capital também não encontrou entraves para abocanhar espaço nas áreas de saúde e educação.

Quanto ao cenário da política social, a partir de 2012, a falta de dinamismo econômico passou a ecoar nos investimentos sociais, pois o governo de Dilma insistia na austeridade fiscal. Assim, Gentil afirma que esse período ficou marcado por uma contrarreforma na Seguridade Social. Após sua reeleição, em 2014, a presidenta e sua equipe publicaram a Medida Provisória nº664, que modificou a aposentadoria por tempo de contribuição e o auxílio-desemprego, por exemplo. Dessa maneira,

[...] atingiu frontalmente os interesses de sua base eleitoral, perdendo grande parte do apoio político que lhe restava. O ajuste fiscal dos últimos anos serviu de cortina para encobrir a privatização e a regressão do sistema de proteção social e encarregar-se-á de anular boa parte dos ganhos que os mais pobres obtiveram na última década (Gentil, 2017, p.29).

Em suma, é possível destacar que ao longo dos governos Lula e Dilma a política social, principalmente a política de assistência social teve um impacto positivo, principalmente incidente na população mais pobre, contudo,

Fica-nos evidente diante desse quadro, uma tendência por parte do governo PT em reforçar a política econômica do governo FHC e ao pautar-se no favorável desempenho externo/internacional, dar novas roupagens ao modelo liberal periférico tornando-o legítimo politicamente e soldando imensamente os interesses das distintas frações de classes que compõem o bloco de poder dominante (Mancini, 2016, p.112).

Durante seu segundo mandato, diante do acirramento dos tensionamentos da base aliada e agudização da recessão econômica entre os anos 2015 e 2016, Dilma Rousseff sofre *impeachment*, e por meio de um golpe orquestrado pela oposição, Michel Temer (2016-2019) assume como presidente. O recém empossado presidente tem como apoiadores partidos ligados à agenda neoliberal, passando a delinear-se a aprovação de pautas conservadoras que ameaçam os direitos sociais conquistados até então. É desse período a aprovação da Emenda Constitucional nº95, conhecida por determinar um teto de gastos, que congelou por 20 anos os gastos públicos destinados à saúde, à educação e à assistência social, além das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Dessa maneira,

Políticas de “austeridade” geram recessão, o que é funcional para rebaixar custos trabalhistas, combater a inflação mediante o desemprego, discriminar programas redistributivos, criminalizar partidos populares ditos “populistas” e justificar a implantação do Estado Mínimo liberal, dado que “não há alternativa” – o que equivale a declarar que “as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento” (Fagnani, 2019, p.44).

O cenário político e econômico das políticas de austeridade promovidas por Temer ecoou no campo social. A seguridade social foi massivamente atacada e “o resultado representa um crescimento superior a 50% da pobreza extrema em apenas dois anos, alta que manteve continuidade ao final de 2017, contabilizando 14,83 milhões de pessoas ou 7,2% do total da população” (Souza; Soares, 2019, p.17). Findando seu mandato, o que fica da gestão Temer foram as intensas críticas enquanto um mandato agravador das expressões da Questão Social, como a fome, o desemprego e a intensa dilaceração dos direitos sociais arduamente alcançados nos 30 anos de Constituição Federal.

No entanto, a onda de ataques à rede de proteção social continuaria. Com a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022) e a ascensão da extrema-direita ao poder e a ocupação de cargos ministeriais por representantes do alto escalão do Exército brasileiro, repercute,

[...] um processo de destruição truculenta do arcabouço social da rede de proteção social, mas não só: do meio ambiente, do direito à terra por parte dos trabalhadores rurais, indígenas e ribeirinhos, dos direitos dos negros, dos LBGTQI+, enfim, de todos os direitos que não respondam à bíblia dos novos donos do poder. O pacto de solidariedade social que até então vinha sendo construído a duras penas e crivado de tensões vem agora sendo substituído a ferro e fogo (literalmente) pela norma régia de cada um por si e contra os outros. A burocracia estatal se torna o algoz e o cemitério das políticas sociais e das práticas de gestão inovadoras e progressistas da área social (Cohn, 2020, p.153-154).

Ainda, foi uma gestão marcada pelo negacionismo e obscurantismo diante da ciência, que se sobressaíram diante da pandemia de covid-19 que assolou o mundo, com as insistentes negativas na compra de vacinas e insumos primordiais para a segurança dos trabalhadores da linha de frente e da população que fatigava diante do cenário de fome e desmonte de políticas sociais tão essenciais para enfrentamento de crise desejando,

[...] romper qualquer forma de solidariedade social, mesmo aquela neoliberal de focalização das políticas sociais aos segmentos extremamente pobres da população. Não se trata mais de propostas de focalização versus universalização das políticas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social, começando por mudar o conteúdo social desses programas e políticas. Os pobres foram excluídos da agenda pública (Cohn, 2020, p.154).

A retomada de crescimento econômico foi utilizada como apoio para aprovação da reforma previdenciária que, conforme Cohn (2020), somou-se aos cortes de benefícios distributivos sem vínculo contributivo, os ataques à cultura, a demandada do capital agregando maiores fatias da educação pública, o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) resultando na deterioração do bem-estar social. Com Paulo Guedes como ministro da economia em seu governo a agenda neoliberal funcionou sem obstáculos, desonerando a responsabilização do Estado e das empresas diante do aumento da responsabilização aos indivíduos e às famílias a proteção social, principalmente diante do envelhecimento populacional. Insistiu-se num modelo de política social retrógrado deixando de considerar um modelo de política social moderno, que prevê uma,

[...] combinação com a política clássica de sustentação da renda das famílias, com um conjunto de intervenções que apoiam a atividade econômica, ampliam a produtividade do trabalho e permitem sustar a queda das taxas de fecundidade. É o que mostra a experiência de países como Suécia e Dinamarca, que já se aproximam do nível de reposição, e, mais recentemente, a Alemanha, que ainda tem taxas de fecundidade alarmantes. Eles mobilizaram a política social para sustar o crescimento demográfico negativo e aproveitaram, especialmente os dois primeiros, para educar bem as crianças e jovens, qualificar os adultos e facilitar a permanência do trabalhador idoso em atividade. Destacam-se políticas educacionais e de qualificação abrangentes, políticas de cuidado e políticas de envelhecimento ativo (Kersteneztky, 2020, n.p.).

Entretanto, o que se viu foi a concentração de esforços em se construir uma agenda conservadora e neoliberal que insistia na culpabilização dos pobres pela pobreza e tentava vangloriar os benefícios de uma participação cada vez menor do Estado na economia, como pode ser visto no plano de governo do então presidente, ainda em 2018,

Para alcançar esses grandes objetivos sociais, nós brasileiros devemos afastar o populismo e garantir que o descontrole das contas públicas nunca seja ameaça ao bem-estar da população. O desequilíbrio fiscal gera crises, desemprego, inflação e miséria. Inflação é o maior inimigo das classes mais desamparadas, pois não apenas empobrece o trabalhador, mas também aumenta a desigualdade de renda, piorando a situação dos mais pobres. Além disso, altos índices inflacionários dificultam o cálculo econômico, o que em última instância diminui o investimento privado, e reduz a produtividade no longo prazo (Plano e proposta de Governo de Bolsonaro, 2018, p.52).

O balanço dos quatro anos de Bolsonaro à frente da presidência do Brasil foi o estabelecimento de uma conjuntura de agravamento dos setores econômico, político e principalmente social. A resistência da luta de diversos setores sociais afetados por discursos preconceituosos, racistas, misóginos, que feriam os direitos humanos e estimulavam o ódio e a barbárie. Diante do enfrentamento de inúmeros anúncios de cortes de verbas e escândalos de corrupção envolvendo não apenas o presidente e sua equipe, como também sua família, Bolsonaro esperava concluir seu primeiro mandato e ser reeleito para sua segunda gestão, contudo, diante de uma campanha que perdeu forças o resultado foi a derrotas nas urnas para seu oponente Luís Inácio Lula da Silva. A derrota teve um gosto amargo para Bolsonaro pois não significava apenas ser o primeiro presidente pós reestabelecimento da democracia a não ser reeleito, mas também, era um basta da população diante de inúmeras medidas de ataque a seus direitos culminando na escolha por Lula, representante da esquerda, da qual Bolsonaro era ferrenho opositor.

A eleição de Lula para seu novo mandato como presidente, a partir de 2023 não foi fácil e foi permeada por uma pequena diferença no número de votos. A escrita desse trabalho se deu antes de completar seu primeiro ano de mandato, isso significa que ainda não é possível estabelecer uma análise profunda de suas ações. Entretanto, cabe ressaltar que em seu plano de governo, Lula e seu vice Geraldo Alckmin, preveem a volta do desenvolvimento social sem esquecer da garantia dos direitos já assegurados visando a reestruturação da sociedade fatigada pelos incisivos ataques. Cabe destacar que os anúncios recentes ressaltam a implementação de uma Política Nacional de Cuidados, prevista para ser iniciada no ano de 2024, no qual o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (MDS) será o gestor e publicou-se em outubro de 2023 um documento no qual se estabelece,

[...] apresentar uma versão do Marco Conceitual para a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados. Ele foi produzido a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2023 para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres (SENAEC/MMulheres) (Brasil,2023).

Diante dos anúncios recentes, e em se tratando do impacto do trabalho de cuidado na vida de milhares de pessoas, especialmente nas famílias e primordialmente nas mulheres, a seção que segue pretende compreender a importância da figura familiar enquanto elemento no funcionamento das políticas sociais, sua breve relação histórica do ponto de vista econômico e social e a crescente desresponsabilização do Estado no fomento de políticas sociais, delegando às famílias característica de “parceiros destacados na reprodução social” (Campos; Teixeira, 2010, p.21).

### 3 FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Entender como a família se estabelece enquanto instituição social, permeada por atravessamentos políticos, sociais e econômicos é condição essencial para iniciar o debate acerca da sua importância no desenvolvimento da política social brasileira. Cabe ressaltar que a percepção da família enquanto um produto determinado não só historicamente, mas também socialmente torna crescente o interesse pelos estudos acadêmicos-científicos acerca de suas particularidades,

[...] especialmente pelo ângulo da sua relação com o Estado em ação, isto é, com o Estado promotor de políticas públicas. É por esse prisma que se observa, nos últimos anos, uma crescente valorização da entidade familiar como tema de pesquisas subsidiadas de políticas voltadas para essa entidade (Pereira-Pereira, 2009, p. 27).

Inicialmente, para compreender as mudanças nas relações sociais é preciso analisar a totalidade histórica dos processos, pois procura-se entender as relações entre família, política social e Estado bem como seus rebatimentos. Considera-se que as mudanças sejam elas econômicas sejam políticas somadas geraram um fator diverso na composição de famílias brasileiras. Para Teixeira (2008) as funções da família são históricas e na sociedade capitalista estas perpassam pela reprodução biológica e material chegando a reprodução social de seus membros, além de ser considerada o espaço para geração de afeto e também de cuidado e solidariedade primária. Para a referida autora, a família também é um espaço que pode reproduzir a autoridade, o poder e a dominação pela idade e sexo.

A família da contemporaneidade ainda se configura enquanto a família nuclear burguesa composta basicamente pela figura do pai, a figura da mãe e a figura dos filhos, contudo para Teixeira (2008) esse modelo tem aos poucos cedido espaço para novas configurações familiares que se afastam do modelo descrito, conhecido como nuclear. Goldani (1994) refere em seus estudos que no futuro a tendência do modelo nuclear, de casais com filhos, passaria a ter certa diminuição em detrimento do aumento de famílias monoparentais que seriam mais frequentes. Ainda ressalta que,

[...] no futuro, mesmo que a família aumente o tempo do suporte que oferece aos seus membros, tal ocorreria seguindo o tradicional conceito de dependência. A contínua dependência da mulher com relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa não se daria nos mesmos termos, posto que hoje mulheres e filhos jovens estão no mercado de trabalho e desafiam os esquemas de dependência e responsabilidades no interior do núcleo doméstico (Goldani, 1994, p. 21).

Partindo dos estudos de Goldani ainda na década de 1990, percebe-se que sua projeção para o futuro se concretizou, pois, atualmente, observa-se com ênfase nas políticas sociais que,

[...] muitos trabalhos de assistência particularmente os relacionados às crianças, idosos e doentes são delegados às famílias, e dentro destas às mulheres. Há um fortalecimento de um modelo econômico no qual o papel do Estado perde protagonismo na garantia de direitos sociais e o mercado ganha força como pilar privilegiado da tríade Estado -Família-Mercado. Mantém a orientação familista, com regime não absorvendo as responsabilidades familiares num contexto de entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho ” (Carloto, 2015, p. 184).

Para Miotto (2008) o fortalecimento do capitalismo trouxe uma mudança de padrões no que tange as características de prover e de proteção social que até então eram de responsabilidade das famílias, da igreja e dos senhores feudais por meio de ações de solidariedade. Isso pode ser explicado pelo desaparecimento de antigos vínculos comunitários, pela precariedade dos recursos que as famílias tinham disponíveis diante dessa nova estrutura que regia a organização da vida em uma realidade urbana.

Ao refletir sobre como o capitalismo passa a impactar a sociedade e mais precisamente as famílias, Seccombe (1997) apud Miotto (2008), traz como destaque que a separação entre a rua e a casa, a divisão de tarefas entre homens e mulheres -sendo delegadas à estas o trabalho doméstico e àqueles o trabalho formalizado -, a instauração de um salário como pagamento pelo trabalho desempenhado, tornando o homem oficialmente o provedor da família, tiveram impacto nas condições e relações de vida da classe operária. Nesse sentido, a família passa a ser consolidada como instância privada, com divisão de papéis entre homens e mulheres se tornando uma fonte de proteção social por excelência. Logo, ela passa a ser o “canal natural” de proteção social, ligada às suas possibilidades de participação no mercado a fim de adquirir bens e serviços necessários para suprir suas necessidades (Miotto, 2008).

Nesse ínterim, a autora situa que no contexto da formação dessa sociedade capitalista tem-se a família como espaço privado por excelência e justamente por ser um espaço privado deve responder pela proteção social de seus integrantes. Mas, nessa sociedade que não visa a solidariedade entre classes, Miotto (2008) pondera que a família se viu imersa no agravamento progressivo da questão social, que exigiu do Estado mudanças significativas nas formas de proteção social ofertadas, o tornando principal regulador das relações econômicas e sociais. Então, a proteção social ganha status de direito de cidadania e passa a ser gerida por mecanismos no interior dos Estados, com profissionais qualificados para tais funções. Aqui a autora considera que ao assumir as crescentes demandas da Questão Social, o Estado passa a se denominar de Estado de bem-estar social.

Pela ótica de Esping-Andersen (1991) apud Miotto (2008), quando os direitos sociais se tornam universais e invioláveis é possível dizer que a cidadania foi atingida. Para o autor ocorre a “desmercadorização” do indivíduo e de sua família frente ao mercado e dessa maneira

o Estado se torna o principal agente de proteção social. Ao assumir esta função ele favorece a autonomia dos sujeitos e também tem papel primordial no que se refere em ordenar as relações sociais existentes.

É imperioso, contudo relembrar que mesmo ao assumir essa forma de proteção social, o Estado não se ausenta de cumprir outras formas de proteção social existentes. Para isso, e partindo dos conceitos traçados por Di Giovanni (1998) apud Miotto (2008) os conceitos de proteção social se darão de três modalidades que não se excluem,

[...] A primeira—tradicional—calcada nos setores da solidariedade, fraternidade e caridade, desenvolvida pela família, pelas redes de vizinhança e através das práticas religiosas e dos mais diversos processos de ajuda mútua. A segunda modalidade concerne à proteção social exercida pela troca e acontece por meio do conjunto das práticas econômicas realizadas desde as relações face a face à impessoalidade do mercado. Finalmente, a modalidade da autoridade refere-se à modalidade da política de alocação de recursos e na qual o Estado tem o papel de gestor produtor e regulador da proteção (Di Giovanni, 1998 apud Miotto, 2008, p. 4).

Di Giovanni também considera que existem modalidades de proteção social que contemplam duas esferas: a pública e a privada. Enquanto no âmbito público é o Estado quem operacionaliza a proteção social com função legal de garantir o bem-estar coletivo, no âmbito privado esta proteção social se subdivide em privado mercantil, isto é, o mercado exerce a proteção social principalmente no que se refere a compra de serviços, e privado não-mercantil, no qual essa proteção é provida pelas instituições como a família, a Igreja e as entidades filantrópicas.

Diante da compreensão que o Estado de bem-estar social foi operacionalizado de formas diversas em diferentes países, e retomando os estudos de Esping-Andersen (1991), Miotto (2008) cita que existem condições que possibilitam analisar a proteção social, merecendo destaque diferenciações de desmercadorização, os padrões de estratificações que as políticas sociais condicionam e a forma como o papel da família e o papel do mercado agem em conjunto com ações do Estado. Para a autora, essas condições são essenciais para compreender a trama complexa em que se constrói a emancipação da família em relação ao mercado e inclusive, identificar até que ponto o Estado contribui como apoio à família no que tange a proteção social.

E é nesse cenário que Andersen descreve dois conceitos chave para compreender essa relação, sendo eles a desfamiliarização e o familismo que se referem, respectivamente,

[...] A desfamiliarização refere-se ao grau de abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou do mercado. Portanto, o processo de desfamiliarização pressupõe a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco, através de políticas familiares/sociais e podem ser dirigidas tanto para os grupos domésticos como para seus componentes individualmente. O familismo, ao contrário, está presente nos sistemas de proteção social “em que a política pública considera—na verdade—insiste em que as unidades familiares devem assumir a principal

responsabilidade de seus membros" (Esping-Andersen, 1991 apud Mioto, 2008, p.136).

Nos Estados em que o bem-estar social é visto como familista, a parceria entre Estado e família é intrínseca e o *quantum* de proteção assumido pelo Estado e pela família é o que estabelece se haverá maior ou menor grau de familismo. Enquadram-se nesse modelo países localizados ao sul da Europa, sendo denominados de pertencentes ao “modelo mediterrâneo” ou ainda “modelo católico”, à medida que a ênfase institucional e organizacional da proteção social recai mais sobre a família que no mercado ou no Estado. A família passa a ser a principal provedora das necessidades especial, sendo que o Estado ou o mercado só intervém quando esta falha. (Campos; Mioto, 2003 e Mioto; Campos; Lima, 2006 apud Mioto 2008).

A revisão de literatura proposta por Mioto (2008) com base nas autoras supracitadas destaca também que os sistemas de proteção social da América Latina, especialmente no Brasil, se alinham ao Estado familista. Sendo que esta afirmação é pautada tanto nas definições legais quanto operacionais das políticas sociais assumidas no Brasil com o decorrer do tempo. Entretanto, Mioto (2008) refere que especialmente a partir da segunda metade de década do século XX, as mudanças sofridas pela família e a ascensão da ideia de que o sujeito é um cidadão de direitos políticos, civis e sociais não foram suficientes para que a sociedade se caminhasse para um reforço no pacto coletivo de enfrentamento das fragilidades através das políticas sociais. Apesar de ser responsabilidade do Estado o enfrentamento das relações econômicas e sociais das sociedades, nas últimas décadas o que tem mais ocorrido é um retrocesso no âmbito da proteção social.

Assim, não se pode perder de vista que os cortes orçamentários nas áreas de proteção social do Estado Brasileiro, aprofundados a partir da crise econômica que o capital vivenciou na década de 1970, trouxeram novos protagonistas para a execução de políticas sociais, rebatendo nas famílias a responsabilização de diferentes demandas. O que significa que,

A convocação para que a sociedade civil participasse dos encargos que cabiam ao Estado na oferta de proteção social não seria a única alteração significativa. [...] A menção é feita aos novos mecanismos de ativação das políticas sociais que tem se revelado portadores de uma lógica que imprime, aos programas, projetos e ações, conteúdos disciplinadores, punitivos e baseados em contrapartidas em relação aos benefícios sociais recebidos (Gelinski; Moser, 2015, p. 125-126).

Para Carvalho (2018) as crescentes demandas da proteção social não são delimitadas às populações consideradas pobres, ou ainda que estão passando pela situação de desemprego, mas sim, à maioria dos cidadãos. O trabalho assalariado, com os baixos salários e ameaça de um crescente exército de reserva e o Estado, com os crescentes retrocessos na garantia de direitos produzem uma sociedade com nuances que impõe novos desafios.

Esses novos desafios, segundo Carvalho (2018) podem ser demonstrados por meio da partilha de responsabilidades tanto na proteção social - sendo justificada pela pobreza, pelo desemprego e pelo envelhecimento da população - como na formativa, intensificando o individualismo, a menor eficácia dos educadores institucionais da socialização de crianças e adolescentes. Além do “descrédito e o descarte de soluções institucionalizadas de proteção social (internatos, manicômios, orfanatos etc.)” (Carvalho, 2018, p.310).

Nas últimas décadas, com a ascensão do Welfare Mix<sup>6</sup>, a família foi ainda mais requisitada para compor projetos e ações efetivas no campo da seguridade social com destaque para políticas de assistência social e saúde. Nesse sentido, na saúde, é visível que,

[...] os serviços coletivos implementados pelas políticas sociais estão combinando diversas modalidades de atendimento ancoradas na família e na comunidade. Fala-se hoje de menos internação hospitalar e mais em internação domiciliar, médico de família, cuidador domiciliar [...] (Carvalho, 2018, p. 310).

A família e a comunidade também são consideradas importante aporte para execução de políticas de combate à pobreza, visando sua superação. Para Carvalho (2018, p.311),

[...] embora o benefício da renda mínima seja em si compensatório, outros programas - como os de melhoria habitacional, estímulos à criação de microempreendimentos geradores de renda, ou programas socioeducacionais voltados à aplicação do universo informacional e cultural, entre outros - são exemplos de ações públicas conjugadas para o enfrentamento da pobreza. Esses últimos programas, de cunho emancipatório, são, porém, bem mais tímidos e descontínuos.”.

Sobre a responsabilização cada vez maior da família nas ações e políticas estatais, Teixeira destaca que,

[...] a caracterização desse modelo é relevante à medida que, o Estado moderno, tanto em suas origens, como em sua fase intervencionista de Estado Social ou de Bem-Estar Social fortaleceu como delineou uma família “normal”, “padrão”, tal qual a família nuclear, como unidade privada e autônoma, ainda presente nas orientações profissionais ou no modelo idealizado de família que perpassa, ainda, muitos trabalhos com famílias (2012, p. 29-30).

Nesse sentido, o destaque sobre a responsabilização das famílias como “fonte privada de bem-estar social” (Pereira-Pereira, 2009, p. 26) é resultado de movimentos econômicos e sociais na população. Cabe ressaltar que para Gelinski e Moser (2015) na literatura brasileira são marcados dois grupos de estudos sobre famílias. Um primeiro grupo traz o importante papel que a família desempenhou e ainda desempenha na trajetória histórica de formação da sociedade brasileira e como organizadora da vida social. Esta família, por sua vez, é considerada

---

<sup>6</sup> O *Welfare Mix* também conhecido como pluralismo de Estado é uma “nova modalidade de atendimento às demandas sociais parte do pressuposto da divisão de responsabilidades entre Estado, sociedade civil e mercado, onde a ação se dá de forma compartilhada entre as três esferas. O Estado não mais se coloca como o principal responsável pela proteção social, havendo uma distribuição entre os setores não-governamentais” (Simionatto; Nogueira, 2004, p. 9).

patriarcal, gerando influências até mesmo na conduta jurídica na regulação da vida e das relações sociais, como no matrimônio. Já o segundo grupo, debruça-se sobre estudos que vislumbram a provisão das famílias, a forma que se constitui, as redes de apoio traçadas, as questões geracionais e a divisão de tarefas domésticas, pois entendem que os condicionantes históricos da importância da família são um elemento determinado.

Para Mioto e Dal Prá (2015) é na organização dos serviços sociais que o debate entre a relação entre e serviços e família tem se estabelecido. É nesse debate que a responsabilização das famílias de dá de forma nebulosa e indefinida, denominada de “campo do cuidado”, ele se torna fundamental para o estabelecimento das chamadas atribuições na provisão de bem-estar. Sob o viés do cuidado é que se desenham estratégias impositivas, ou até mesmo de transferência de custos sejam financeiros, sejam emocionais e de trabalho para a família. Por meio dos estudos de Duque – Arrazolla (2006) apud Mioto e Dal Prá (2015) é perceptível a queixa das mulheres em relação ao tempo, visto que são submetidas à relações de subalternidade, que são mediadas por relações de serviço que configuram exigências para a prática cotidiana não só da maternagem como também da reprodução social da família que são consideradas socialmente como funções de responsabilidade “inquestionável” para as mulheres.

Porém nem sempre a família consegue garantir esse “campo do cuidado” na proteção social a ela delegada e assim para Esteves (2006) apesar da ampliação dos direitos sociais por meio de lutas e conquistas, o Estado vem sendo cada vez mais requisitado enquanto papel de executor das políticas, seja através do legislativo, seja através do judiciário. Desta maneira, para Mioto, Dal Prá e Wiese (2018) os processos de judicialização se expandem pois, é no Judiciário que se vincula a imagem de árbitro de conflitos originados na divergência entre o reconhecimento dos direitos, assegurados via Constituição e capacidade do Estado enquanto fornecedor de tais serviços. Os indicativos de judicialização perpassam diversas políticas como a política de saúde, a política de educação e a política de assistência social.

As referidas autoras, partindo dos estudos de Saraceno e Naldini (2003) e Saraceno (2013) indicam que a relação desempenhada pela família perante os serviços sociais é perpassada por contradições que vão desde o paradoxo da incorporação da família no contexto de cidadania moderna até o descompasso entre suas finalidades e as formas de enquadramento das famílias em serviços. Dessa forma, o paradoxo histórico consiste no fato de, ao ser assegurado à família o direito à privacidade e também o direito à proteção, toda a intervenção com ou nas famílias implica o ferimento de um desses direitos. Assim,

[...] apesar da afirmação e defesa da lógica dos direitos no direcionamento das ações profissionais com famílias, não se pode esquecer que estas implicam também em controle social. Este, entendido como o controle do Estado sobre a sociedade, através

de mecanismos estabelecidos pela ordem social com o objetivo de disciplinar e submeter os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais, garantindo conformidade de comportamentos. As contradições na relação direta entre famílias e serviços sociais estão vinculadas à forma como estes modulam níveis de adequação e de requisições para as famílias. Ao mesmo tempo em que são organizados para cumprir determinadas finalidades ou aliviar as tarefas da família, requerem trabalho e se constituem como agências de definição de normas (Miotto; Dal Prá; Wiese, 2018, p.19).

Desse modo, no próximo subtítulo entendemos ser importante elencar a relação entre cuidado e a política social, bem como a centralidade da família na responsabilização de tarefas de cuidado, em especial na figura da mulher diante das demandas que surgem.

### 3.1 O CUIDADO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

O cuidado como processo não é algo que surgiu na sociedade atual, visto que, em uma sociedade permeada por relações sociais, de parentesco ou não, o ato de cuidar sempre esteve presente, nos mais variados contextos.

A discussão teórica que baseia a conceituação sobre a prática do cuidado é ampla e diversos autores e autoras se propõem a tecer uma produção científica sobre a temática, o próprio termo cuidado é traduzido para os diversos idiomas e apropriado de significado conforme o contexto de determinada sociedade. Hirata (2022) sobre o termo e suas variações diz,

Kaigo, em japonês, care em inglês. Em francês, utilizo a palavra care, pois penso que soïn é redutora, uma vez que não explicita as dimensões de solicitude, de preocupação com os outros. Destaca o aspecto terapêutico em detrimento dos afetivos, emocionais e psicológicos do cuidado. A palavra kaigo foi introduzida no Japão nos últimos 20 anos e pretende ser uma tradução de cuidado. Cuidado, em português e em espanhol, significa ao mesmo tempo “cuidar” e “preocupar-se com os outros” (Hirata, 2022, p.19).

Sobre o termo cuidado, também se compreende que ele “substituiu a mais concreta expressão ‘trabalho de cuidado’, certamente porque transmite significados mais amplos.” (Esquivel, 2015, p. 86). E nesse âmbito, aplicam-se definições do cuidado nas quais o ato de cuidar representa um pilar importante para a reprodução da sociedade capitalista atual, principalmente ao nos depararmos com o trabalho não remunerado de cuidado. Ademais,

Independentemente destas diferenças disciplinares, o fato é que todas estas contribuições acadêmicas permitiram descaracterizar o cuidado como sendo próprio das mulheres e deslocá-lo do âmbito privado das opções pessoais para torná-lo público e politizável. Para isso, ele foi reformulado como um conceito que entrelaça os aspectos econômico (a forma como as economias se beneficiam do trabalho de cuidados que não é reconhecido nem remunerado), social (as relações de classe e de gênero) e político (os diferentes atores que demandam, sustentam ou implementam políticas públicas que, direta ou indiretamente, moldam a prestação e recepção de cuidados (Esquivel, 2015, p. 87).

Para Hirata e Guimarães (2012 *apud* Moreno, 2013, p. 55), em diversos idiomas é utilizado o termo em inglês *care* devido não apenas ao amplo desenvolvimento de análises nesta área na literatura anglo-saxã, mas também devido à dificuldade de sua tradução, por ser um termo altamente polissêmico. Para Passos (2017) o cuidado é uma necessidade ontológica do ser social e por esse motivo a sua “satisfação” irá se dar como resultado entre trabalho e relações sociais em que se permite apontar duas questões,

1º – enquanto procriação, existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias, logo, precisam que um outro trabalhe para satisfazê-los; 2º – enquanto relação social, será determinado como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado (Passos, 2017, p. 251).

Nessa perspectiva para Marx e Engels (2017) *apud* Passos (2017) o cuidado pode ser entendido como uma conexão materialista dos homens entre si, conexões que são dependentes do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens. Para Hirata (2010) *apud* Grah (2018), em tempos atuais a discussão sobre o cuidado ter alcançado as ciências sociais e humanas tem como explicação os fatos da crescente longevidade da população em todas as regiões do mundo e da dificuldade que as mulheres têm encontrado de assumir tais cuidados - sendo que historicamente essa demanda é respondida pelo sexo feminino- devido a sua inserção cada vez maior no mundo do trabalho.

Para Passos (2017) o cuidado vem sendo identificado como trabalho executado em sua maioria por mulheres e vem sofrendo valorização, não apenas enquanto importância de uso, mas também de troca. Quando observado o panorama global acerca do debate de cuidado, destaca-se a autora Helena Hirata que a partir de seus estudos, observa principalmente nos debates ocorridos na França, a análise de cinco eixos principais que estruturam os debates acerca do tema.

O primeiro eixo intitulado de “A questão da definição de cuidado como relação social entre prestadores (as) e beneficiários (as) do cuidado” demonstra que muitas publicações sobre a ética do cuidado não levam em conta as relações sociais perpassadas pelo cuidado. Para exemplificar melhor tal abordagem - ou a falta dela - Hirata destaca as pesquisas desenvolvidas pela professora Dra. Joan Tronto, a qual não descarta dos seus estudos a íntima ligação entre o cuidado e as relações sociais entorno dele. Hirata destaca a partir de Tronto, a classificação do cuidado como processo, constituído por,

[...] “quatro fases” do cuidado: caring about (preocupar-se com); taking care of (cuidar de); care giving (dispensar cuidados)[prestadores(as)] e care receiving (receber cuidados) [beneficiários(as)]. Para mim, a relação social entre beneficiários(as) e prestadores (as) é constitutiva de cuidado (Hirata, 2022, p. 26).

A extensão do conceito cuidado é ordenadora do segundo eixo que configuram debates sobre o tema. Para Hirata, as controvérsias se baseiam em entender até os limites do cuidado, principalmente se ele deve ser delimitado às relações interpessoais ou estendido até mesmo a animais e objetos. O principal desdobramento desse eixo são as várias interpretações no que se refere ao trabalho de cuidado: este é direcionado apenas às pessoas consideradas dependentes, ou também pode ser ampliado às profissões que de alguma forma desempenham tarefas que inspirem o ato de cuidar, como empregados (as) domésticos (as) que cuidam da casa?

De acordo com Hirata (2022) ampliar esse conceito de cuidado, alcançado inclusive os trabalhadores/as de cuidado é primordial para elencar características sobre a reflexão sobre sua profissionalização. No compasso do desenvolvimento do cuidado surgem outros entraves passíveis de atenção e análise da autora, primordialmente ao se refletir sobre as desigualdades sociais nas quais o cuidado está imerso, sendo este seu terceiro eixo de discussão. Aqui, a autora destaca que pessoas providas de mais recursos econômicos terão acesso mais facilitado ao cuidado.

No quarto eixo da discussão, intitulado, *O problema da responsabilidade*, a autora trabalha a indissociabilidade entre cuidado e as políticas públicas. Exemplificando,

[...] quer se trate, por exemplo, das responsabilidades públicas diante da pandemia, da responsabilidade dos (as) cuidadores (as) domiciliares e dos (as) auxiliares da vida para com a pessoa vulnerável, das responsabilidades e cargas de trabalho desiguais conforme se trate homens e mulheres (Hirata, 2022, p. 27).

O último eixo utilizado para ordenar os debates sobre o cuidado é denominado de *A questão da importância ou não do afeto e do trabalho emocional no cuidado*. Hirata alimenta este eixo trazendo controvérsias no pensamento entre algumas autoras como Christelle Avril (conotação positiva do cuidado) e Geneviève Cresson (trabalho não remunerado de cuidado, especialmente, é árduo). Reflete também que, “o cuidado é uma relação social, entre prestador (a) e beneficiário (a), que é em princípio sexuada e pode ser não remunerada (o cuidado doméstico) ou remunerada (a profissionalização e os ofícios do cuidado)” (Hirata, 2022, p. 29).

No Brasil, Passos (2017) destaca como expoente da discussão acerca do cuidado social a autora Regina Miotto. Para Miotto (2000) apud Passos (2017) não há como desvincular da discussão de cuidado o eixo proteção social. Para ela a família não é apenas um espaço de cuidado, mas sim um espaço que merece ser cuidado, e assim, as famílias pertencentes a classes sociais mais vulneráveis não conseguem integralmente dedicar-se aos cuidados de seus membros e por isso, o Estado deve se fazer mais presente nas políticas sociais e na proteção social como um todo.

Já para Zola (2016) apud Passos (2017) o reconhecimento do “care social”, ou seja, do cuidado como trabalho viabilizado pelo poder público é um dos modos de assegurar a proteção social por meio de repasse financeiro, ou da contratação de cuidador domiciliar ou de trabalhador para o desempenho dos cuidados, para a referida autora este seria um direito de cidadania e deve ser garantido pelas políticas sociais, em especial a política de assistência social. Ademais, para Zola (2014) apud Passos (2017) em se tratando de cuidados familiares, diante das transformações da composição, dos papéis sociais e dos relacionamentos dos membros das famílias, houve inúmeras mudanças, levando à necessidade de os cuidados tornarem-se um direito social, isto é, ao fato de que devem girar em torno das articulações entre as políticas sociais, o mercado e as famílias.

Apesar dessas mudanças, ainda é na figura feminina que recai com mais força a destinação do cuidar. Sobre isso, a partir dos anos 1970 é que se inaugurou a discussão sobre família e trabalho, tendo como expoente os estudos feministas de orientação marxista acerca do tema, colocando-se em pauta o trabalho da mulher. (Mioto, 2015). Para a autora,

Isso criou novas possibilidades de análise sobre a família, não só na sua relação com o mercado/mercado de trabalho, mas também na sua relação com o Estado. Além do mais, deu visibilidade, inclusive, ao fato de que a família, por meio do trabalho não remunerado da mulher, estruturou-se como um dos pilares do Estado de bem-estar social em muitos países (Mioto, 2015, p.703).

Segundo Mioto e Dal Prá (2015) apud Wiese *et al.* (2017) a responsabilização das famílias e das mulheres sobre o cuidado reverberou ainda mais no Brasil a partir da década de 1990, quando o neoliberalismo se redesenhou como projeto de seguridade social, instituído pela Constituição Federal de 1988. Ou seja, partindo desse pressuposto,

[...] sendo o cuidado um dos campos da proteção social, não pode deixar de antever a difícil equação institucional que congrega o Estado, as empresas, as famílias e o terceiro setor, no encaminhamento de suas proposições e resoluções. Nesse escopo, considerando a busca pela igualdade de gênero, a inclusão do cuidado na agenda pública implica na condução de um conjunto articulado de políticas de cuidado que associam o campo da proteção social, das políticas de emprego e das políticas de desenvolvimento (Batthyány, 2015 apud Wiese, Dal Prá, Mioto, 2017, p.2).

Dessa forma, Batthyány (2015) apud Wiese *et al.* (2017) afirma que o cuidado tem sido tratado como uma categoria chave para o mostrar as dimensões da vida de homens e mulheres e também como categoria capaz de revelar aspectos importantes dos arranjos sociais relacionados às necessidades pessoais e bem-estar. E então, nessa perspectiva o cuidado é compreendido tanto como trabalho e relação interpessoal, como responsabilidade socialmente construída e protagonista em contextos sociais e econômicos particulares.

De acordo com as referidas autoras (2017) um ponto a se considerar é a equalização das responsabilidades de cuidado, vista como fundamental, já que a realidade tem demonstrado que quanto maior responsabilidade pelo bem-estar é delegada a família maior é o incremento da desigualdade. Esta compreensão se deve, pois, as famílias são atravessadas por três grandes eixos da desigualdade, a saber: classe, gênero e etnia. Tendo isso em vista, é essencial discutir o cuidado como direito e traçar estratégias para a incorporação de sua discussão na política social brasileira.

Partindo das reflexões de Pautassi (2007) apud Wiese *et al.* (2017) o direito ao cuidado pressupõe três grandes vertentes, sendo elas o ato de cuidar, o ato de ser cuidado e o ato de cuidar de si próprio, agregando tanto obrigações positivas quanto negativas. As obrigações negativas referem-se aquelas características dos direitos econômicos e sociais que impelem o não impedimento de crianças à educação infantil, o acesso dos idosos os serviços de saúde. As obrigações positivas são aquelas vinculadas à produção de meios para se poder cuidar e garantir que o cuidado de fato aconteça em condições de igualdade, sem discriminação e que também não seja concedido a nenhum grupo reduzido, como por exemplo, aquele com vínculo formal de trabalho. Ou seja, se torne uma realidade para todos os cidadãos e cidadãs.

Partindo dessa compreensão o direito ao cuidado, Wiese *et al.* (2017) com base nos estudos de Batthyány (2015) e Cafaro (2014), vem sendo cada vez mais reconhecido no mundo ocidental e incluído em vários tratados internacionais, em se tratando de direitos humanos, envolvendo alguns aspectos fundamentais para sua construção. O primeiro dos três aspectos a serem citados diz respeito ao fato que o direito de receber cuidados necessários em diferentes etapas e circunstâncias da vida não pode estar atrelado à lógica do mercado, a vinculação a renda ou a presença de redes ou de laços afetivos. O segundo aspecto concerne no direito de escolher se o cuidado deve acontecer, ou não, nos limites do cuidado familiar não remunerado e com isso abre-se a possibilidade de eleger alternativas de cuidado não restritas à lógica das obrigações familiares. Não restringir o cuidado a lógica da obrigatoriedade familiar não significa desconsiderar as leis civis ou tratados internacionais, mas impõe-se a necessidade de encontrar outras formas de gestão do cuidado que não sobrecarregue as famílias, especialmente as mulheres. O terceiro se refere as condições de trabalho no setor de cuidados balizados pela valorização social e econômica pertinente a tarefa de cuidar, este último ponto retoma algumas discussões elencadas pela autora Hirata (2022) na sua análise sobre o cenário de cuidados francês.

No Brasil, em um horizonte mais atual, merece destaque a assinatura pelo presidente Lula do decreto nº.11.460 que institui um grupo de trabalho interministerial com a finalidade

de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados, durante o mês de março de 2023. A este grupo de trabalho, compete entre outras ações, de acordo com seu Art. 2º,

- I - Formular diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no País, que inclua a identificação das políticas, dos programas e dos serviços existentes relativos à oferta e às necessidades de cuidados;
- II - Elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados, com a indicação de seus princípios, suas orientações e seus objetivos; e
- III - elaborar a proposta do Plano Nacional de Cuidados, que contemple:
  - a) os programas e as ações de cada um dos órgãos e das entidades participantes, com a indicação dos prazos e dos recursos para implementação das medidas propostas; e
  - b) as prioridades, a periodicidade e as estratégias de gestão, de monitoramento e de avaliação dos programas e das ações do Plano (BRASIL, 2023).

Ainda em construção, a política a ser desenhada se torna importante e merece ser acompanhada, pois se trata de um primeiro passo do Estado em conduzir ações que incluem o cuidado na agenda pública e assim, tratá-lo como ponto de pauta nas políticas sociais. Para compreender o que a categoria profissional tem discutido acerca da provisão de cuidados, a próxima seção visa elencar produções científicas e identificar algumas demandas e traçar um esboço analítico sobre a evolução da discussão acerca do cuidado.

#### **4 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE O CUIDADO E ANÁLISES DE CONTEÚDO**

Conforme assinalado, a inserção da família enquanto grande responsável por assumir papéis essenciais na proteção social é latente, principalmente diante de um cenário em que os direitos sociais sofrem avanços e retrocessos. O debate acerca da família e suas responsabilidades não é um tema novo para o Serviço Social, contudo, a capacidade crítica e de totalidade que os/as assistentes sociais assumem diante da conjuntura e dos seus desdobramentos é condição presente na postura interventiva no exercício profissional. Assim, os estudos acerca da tríade família, mercado e políticas sociais – representadas pelo Estado é crescente e traz à baila questionamentos, constatações e sugerem mudanças diante da temática que visualiza a temática cuidado como um campo de disputas.

Nesse sentido, buscamos na condução da metodologia deste trabalho a leitura das produções que o Serviço Social já publicizou sobre a temática do cuidado, sendo decidido utilizar como recorte especificamente as produções vinculadas à periódicos dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país entre os anos de 2017 a 2022. Para atingir este recorte, inicialmente a pesquisadora buscou por meio do Relatório da Avaliação Quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior quais os programas de pós-graduação existentes, a saber : Serviço Social; Política Social; Políticas Públicas; Políticas Públicas e Desenvolvimento local; Política Social e direitos humanos; Serviço Social, Questão Social, Trabalho e Questão Social; Serviço Social e Desenvolvimento regional; Serviço Social e Políticas Sociais; Política Social; Política Social e Territórios; e Economia Doméstica, chegando ao número de 36 programas avaliados. Destes, foram pesquisados os que possuíam periódicos disponíveis, com acesso virtual, sendo encontrados 14 programas com periódicos ativos e 04 revistas/periódicos com alguma vinculação ao Serviço Social, não necessariamente compondo um programa específico de pós-graduação na referida área (Quadro 1).

Ficou estabelecido que os periódicos classificados com notas Qualis A1 comporiam o extrato de análise desta pesquisa e usamos o descritor “cuidado”. A partir da leitura do título, do resumo e das palavras-chave de cada artigo/publicação foram sinalizadas as categorias teóricas com maior incidência em publicações analisadas em praticamente todo o período escolhido (2017-2022). Para que a visualização dos levantamentos apreendidos por meio da pesquisa, optou-se pela construção de quadros.

Quadro 1 - Programas de pós-graduação e revistas vinculadas

	Área de avaliação	Sigla da IES	Instituição de Ensino (IES)	Nome do Programa	Revista Vinculada	Conceito Qualis/CAPES
1	Serviço Social	PUC –Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Serviço Social	O Social em Questão	A1
2	Serviço Social	PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Serviço Social	Textos e Contextos	A1
3	Serviço Social	PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Serviço Social	Serviço Social e Sociedade	A1
4	Serviço Social	UCPEL	Universidade Católica de Pelotas/RS	Política social e Direitos Humanos	Social em Debate	A2
5	Serviço Social	UEL	Universidade Estadual de Londrina/PR	Serviço Social e Política Social	Serviço Social em Revista	A2
6	Serviço Social	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Serviço Social	Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea.	A1
7	Serviço Social	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Política Social	Argumentum	A1
8	Serviço Social	UFF	Universidade Federal Fluminense	Política Social	Gênero	A2
9	Serviço Social	UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	Serviço Social	Libertas	A3
10	Serviço Social	UFMA	Universidade Federal do Maranhão	Políticas Públicas	Revista de Políticas Públicas	A1
11	Serviço Social	UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso	Política Social	Direitos, Trabalho e Política Social	A2
12	Serviço Social	UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Serviço Social	Praia Vermelha	A4
13	Serviço Social	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Serviço Social	Revista Katálysis	A1
14	Serviço Social	UFV	Universidade Federal de Viçosa	Vinculada ao Departamento de Serviço Social, não está ligada à um programa de pós graduação específico	Oikós	A2

15	Serviço Social	UnB	Universidade de Brasília	Política Social	Ser Social	A2
16	Serviço Social	UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR	Ciências Sociais Aplicadas	Emancipação	A2
17	Serviço Social	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Ligada ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Trabalho, Saúde e Serviço Social	Mutações	B3
18	Serviço Social	ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social	Destinada à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes do Serviço Social e áreas afins	Temporalis	A2

Fonte: Elaborado pela autora. Informações acessadas em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em 01 maio de 2023.

#### 4.1 AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DO CUIDADO PELA ÓTICA DA CATEGORIA

Partindo do acesso à Plataforma Sucupira após uma primeira filtragem foram selecionadas as revistas avaliadas como Qualis A1, específicas da área de Serviço Social e ligadas aos programas de pós-graduação e que se apresentavam em formato online para o escopo de análise.

Quadro 2 - Levantamento de produções científicas

Nome da Revista/Periódico	Conceito Qualis/CAPES	Nome do artigo	Nome do/a Autor/a (es/as)	Edição	Palavras-chave	Ano de Publicação
Argumentum	A1	Reflexiones en torno al cuidado en Cuba	Laura Galeano Zaldivar, Henry Colina Hernández	v. 10 n. 1 (2018): Reformas regressivas e política de saúde	Políticas de cuidado. Envejecimiento poblacional. Empleo. Cuba	2018
Katálysis	A1	O trabalho dos cuidadores de idosos na	Priscila Cerutti <i>et al.</i>	v. 22 n. 2 (2019): Conflitos	Economia do Care.	2019

		perspectiva da economia do care.		sociais, ideologia, cultura e Serviço Social - tema Livre	Intimidade. Cuidadores .Idoso.	
Revista de Políticas Públicas	1	Matricialidade sociofamiliar: tensões e contradições na assistência social brasileira	Adriana Medalha Perez <i>et al.</i>	v. 22 (2018): Número especial da VIII JOINPP-1917-2017: Um século de reforma e revolução	Família, gênero, Assistência Social	2018
		PELAS LENTES DOS VELHOS: ensaios sobre a proteção social aos idosos	Josimara Delgado	v. 22 (2018): Número especial da VIII JOINPP-1917-2017: Um século de reforma e revolução	Proteção Social; Velhice; Trabalho	2018
		CUIDADO INFORMAL DE PESSOAS VELHAS: o gênero feminino nesta provisão e nas políticas públicas	Marly de Jesus Sá Dias, Jacira do Nascimento Serra, Luísa Maria Desmet	v. 26 n. Especial (2022): Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie	Envelhecimento, cuidado, mulheres, políticas públicas	2022
Revista em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea	A1	“Entre o assistir e o cuidar”: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro	Rachel Gouveia Passos	n. 40 (2017): O Serviço Social na História	Assistência ; cuidado; Serviço Social.	2017
		Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao trabalho e responsabilidades familiares.	Andrea de Sousa Gama, Lia de Mattos Rocha, Karolyne Romero de Alcântara	n. 39 (2017): Conservad orismo e resistências na América Latina	Gênero; trabalho; família; políticas sociais; cuidados	2017
		A produção de cuidados na família e as políticas para o envelhecimento	Maria Helena de Jesus Bernardo	n. 42 (2018): Família e Políticas Sociais	envelhecimento; cuidado; família; políticas sociais	2018

		Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão	Ilka de Lima Souza, Rita de Lourdes de Lima	n. 44 (2019): Universidade Pública e Formação em Serviço Social em tempos de contrarreforma	família; políticas sociais; formação sócio-histórica brasileira; conservadorismo	2019
		Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial	Rachel Gouveia Passos	n. 45 (2020): Questão Étnico-Racial e Antirracismo	mulheres negras; cuidado colonial; sofrimento; racismo	2020
Serviço Social e Sociedade	A1	Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão	Eliane Martins de Souza Guimarães	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130	Política de saúde. Saúde da Família. Contrarreforma. Conservadorismo. Abordagem familiar e comunitária.	2017
		Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	Andrea Moraes Alves	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132	Gênero; Marxismo; Relações Sociais de Sexo; Interseccionalidade	2018
		Sentidos de família e o desafio para a intersetorialidade na proteção social	Elizete M. B. Orozimbo Maria Lúcia M. Afonso	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137	Família. Políticas públicas. Saúde. Educação. Assistência Social. Intersetorialidade.	2020
		Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado	Solange Maria Teixeira	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137	Envelhecimento. Família. Políticas públicas	2020
Textos e Contextos	A1	Organização do Cuidado ao Idoso Dependente	Liamar Donati, Margrid Beuter, Maria Denise Schimith	v. 17 n. 1 (2018)	Cuidadores, Idoso Dependente, Serviços de Saúde para Idosos, Serviço Social.	2018

Serviço Social em Questão	A1	“De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira	Rachel Gouveia dos Passos	O Social em Questão - Ano XX - nº 38	Mulheres negras; Saúde mental; cuidadoras ; escravas	2017
		Direitos sociais em tempos de crise: desigualdades sociais e agravos à saúde	Laína Jennifer Carvalho Araújo Edna Maria Goulart Joazeiro.	O Social em Questão - Ano XXII - nº 44	Estado; Direitos sociais; Desigualdades sociais; Agravos à Saúde; Saúde Pública	2019
		Relações familiares na perspectiva de rede de apoio social às pessoas ostomizadas em tratamento oncológico	Raquel Karlinski Almeida <i>et al.</i>	O Social em Questão - Ano XXII - nº 44	Relações familiares; Ostomia; Apoio social; Oncologia	2019
		É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, Gênero e Famílias	Thamires da Silva Ribeiro	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Cuidado; Famílias; Gênero	2019
		Família, trabalho do cuidado e uso do tempo: desafios para mulheres de baixa renda	Tassiane Antunes Moreira e Liliane Moser	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Trabalho; Família; Cuidado; Uso do tempo	2019
		Cambios y permanencias en las estrategias de cuidado infantil en el curso de vida: un análisis de género	Karina Batthyány, Natalia Genta Sol Scavino	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Gênero; Cuidado infantil; Corresponsabilidade	2019
		Perfil das mulheres idosas cuidadoras e os fatores associados à relação de cuidado	Alessandra Vieira de Almeida <i>et al.</i>	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Mulher idosa; Cuidadora; Perfil Socioeconômico	2019
		Atenção Domiciliar à Saúde e a centralidade dos cuidados na família: coparticipação ou super responsabilização?	Bárbara Figueiredo Santos e Márcia Regina Botão Gomes	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Atenção domiciliar; Família; Centralidade de dos cuidados; Política social	2019
		Deficiência e cuidado: implicações para as políticas públicas	Patrícia Maccarini Moraes	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Deficiência; Cuidado; Família; Políticas Públicas	2019

		Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino	Ana Carolina Brandão Vazquez e Ana Taisa da Silva Falcão	O Social em Questão - Ano XXII - nº 43	Feminismo ; Neoliberalismo; Contrarreforma do Estado	2019
--	--	--	--	--	--	------

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Nos periódicos classificados como A1 foram encontrados 25 artigos a partir da busca pelo indexador “cuidado”, considerando os anos de 2017 a 2022. Nesse sentido, obtivemos o universo de pesquisa no qual após ser realizada a consulta às palavras-chave utilizadas e a leitura dos resumos realizamos uma filtragem nas quais encontramos subtemas debatidos nos artigos como Estado; responsabilização das famílias/familismo; gênero, etnia, e classe social, política de saúde; economia do cuidado e políticas sociais. Merece destaque que apesar do indexador “cuidado” estar presente nas 25 produções, muitas vezes apenas com a leitura na íntegra dos artigos se identificava que não compreendia o recorte proposto no trabalho.

Acerca do Estado, Vazquez e Falcão (2019) desenvolvem o artigo com o objetivo de fomentar o debate acerca dos impactos do neoliberalismo sobre as mulheres. Tal debate, partindo da agudização das políticas neoliberais vivenciadas na atualidade e a forma perversa com a qual desmonta direitos já conquistados da classe trabalhadora e a maneira particular que estas políticas incidem sobre as mulheres proletárias, se torna cada vez mais necessário. A forma que se constitui o desmonte dos direitos sociais, ocorridos por conta dos ajustes neoliberais, repercutem negativamente na vida das mulheres, impactando, inclusive, nos movimentos sociais organizados.

Já na publicação de Carvalho *et al.* (2019) existe a percepção das fragilidades enfrentadas pela dimensão universalista das políticas sociais, especialmente no cenário da saúde pública e do SUS, e combate à pobreza em face às desigualdades sociais. Os autores tecem sua argumentação com base em uma análise da literatura sobre o cuidado na saúde e sua relação com o Estado. A intenção é revelar as dificuldades vivenciadas cotidianamente pela população, em assegurar a efetividade de um direito social, sob influência da política neoliberal, evidenciam o complexo e frágil estado da saúde no país.

O eixo família também foi bastante trabalhado nas publicações das revistas Qualis A1, comprovando os debates acerca da responsabilização crescente das famílias e de seus membros diante da retirada do Estado diante de demandas sociais, com destaque para dois artigos que versam sobre o cuidado acerca da política social saúde.

No artigo de Almeida *et al.* (2019) a análise parte da família enquanto pilar de apoio social às pessoas que passaram por ostomia<sup>7</sup>, a produção, fruto de uma pesquisa de campo realizada em um hospital do estado do Rio Grande do Sul revela que a família é evidenciada em diferentes configurações, sendo os principais cuidadores no tratamento. A identificação da família como rede de apoio revela a necessidade de integração no plano terapêutico das equipes de saúde para compreensão de estratégias de cuidado em favor da melhoria da qualidade de vida.

O segundo artigo, de autoria de Guimarães (2017) debate sobre as expressões conservadoras no trabalho em saúde, partindo da atenção primária em saúde, na Saúde da Família. A autora trabalha sobre o conceito de disputa hegemônica existente na política de saúde e a direção social que trabalho em saúde assume nesse contexto. Situa, também, os impactos da contrarreforma na política de saúde no processo de trabalho, na análise e intervenção das relações familiares e comunitárias e na educação em saúde.

Gama, Rocha e Alcântara (2017) ainda no eixo família analisa as concepções prevalentes acerca da relação das políticas sociais – direitos do trabalho, serviços de educação infantil e de cuidado aos idosos – com o trabalho remunerado e o trabalho do cuidado na família. O artigo parte da realidade do Rio de Janeiro e tem como recorte temporal os anos de 2013 a 2015. As autoras confirmam que existe uma percepção que atribui eminentemente às famílias o cuidado às crianças pequenas e aos idosos dependentes. Entendem que ordenamentos as políticas públicas direcionadas aos cuidados necessitam ser ampliadas e desmercantilizadas frente às desigualdades de gênero no mercado de trabalho e no interior das famílias, evidenciados pela pesquisa. Este resultado vai ao encontro da bibliografia trabalhada por Wiese *et al.* (2017) ao analisar o cuidado como direito assumida coletivamente através das relações entre Estado, família e indivíduo.

Perez *et al.* (2018) define tensões e contradições encontradas na implementação do eixo da matricial idade sociofamiliar do SUAS, no qual a família é a principal responsável pela intervenção da política pública. São encontrados como resultados a já esperada responsabilização das mulheres nos cuidados familiares e seu papel de protagonista em potencial dos serviços que oferecem proteção integral, vinculados ao cuidado. Os autores reforçam a necessidade de ampliação dos estudos sobre masculinidades e feminilidades na implementação da proteção social de assistência social das famílias brasileiras.

---

<sup>7</sup> Se trata de uma cirurgia realizada com o objetivo de construir um novo caminho para eliminar a urina e as fezes em alguns casos oncológicos e também de perfuração no abdômen (A.C.Camargo, 2023,online).

Foi também perceptível que a Revista *O Social em Questão*, no seu nº 43 trouxe como temática “Famílias, cuidados e políticas públicas”. Dessa forma, houve uma expressiva produção que condiz com a proposta de entendimento desse trabalho, demonstrando que a discussão sobre o cuidado não está desprendida da conjuntura da profissão não só no Brasil, mas em outros países da América Latina. No que se refere às categorias família e gênero é quase impossível não vincular ambas as discussões na mesma produção.

Isso porque, para Dias, Serra e Desmet (2022) o cuidado é primordialmente realizado por mulheres, especialmente quando destinado a pessoas idosas. As autoras, por meio do diagnóstico do envelhecimento populacional mundial tecem sua argumentação no intuito de destacar a importância do cuidado informal identificando elementos que contribuem para ratificar a determinação do gênero feminino para o exercício de cuidadora no Brasil e, exemplos de políticas públicas dirigidas a cuidadores informais, como as de Portugal. O público majoritariamente feminino desempenha tais trabalhos, dada sua íntima relação com os papéis sociais que imputam às mulheres a responsabilidade com ações de cuidados da casa e seus integrantes, ou seja, o cuidado essencial à existência humana.

Batthyány, Genta e Scavino (2019) trazem uma importante análise acerca da mulher e do cuidado no cenário uruguaio e como o familismo perpassa as relações, no que compete ao cuidado de crianças de zero a seis anos. A análise das autoras é rica, principalmente por identificar um Sistema Nacional de Cuidados no Uruguai, que é o pioneiro na América Latina em pensar uma política integrada em cuidados. Ribeiro (2019) discute o cuidar em famílias a partir da produção de reflexões acerca do termo cuidado, sua transversalidade no campo científico e seus rebatimentos na organização familiar. Tendo no horizonte o debate das relações desiguais de gênero, sendo que o cuidado é um elemento estruturante do lugar do feminino no campo da reprodução social da vida.

Alves (2018) desvela três abordagens sobre gênero mais comuns nas pesquisas no campo do Serviço Social brasileiro ao destacar o marxismo, as relações sociais de sexo e a interseccionalidade. Cita que apesar das duas primeiras vertentes serem mais frequentes nas produções da área, a última começa a receber destaque. Para a autora, o debate acerca do cuidado ainda é preponderante no eixo denominado relações sociais de sexo, contudo é possível traçar entre as abordagens certas aproximações e potencialidades. Passos (2017) ilustra a categoria gênero e etnia ao identificar, no trabalho das cuidadoras em saúde mental, a perpetuação do racismo, tido como estrutural formação social brasileira. A autora também identificou no cenário pós-reforma psiquiátrica, o trabalho das mulheres negras, dando destaque

à invisibilidade e à subalternidade que perpassam a ocupação de cuidadora e que estão vinculadas às desigualdades de classe e raça existentes na sociedade brasileira.

Cerutti et. al. (2019) trazem a tônica da economia do cuidado, principalmente traçando características e desafios do trabalho dos cuidadores de idosos, que os autores consideram ainda pouco investigados no Brasil. Ao explorar as percepções de cuidadores de idosos sobre seu trabalho a partir da perspectiva da Economia do cuidado, ou do *Care* por meio de entrevistas semiestruturadas com cuidadores de idosos que atendem em domicílio. A apreensão do estudo aplicado permite apontar intervenções para sua qualificação, oferecendo melhores condições aos cuidadores no ato de cuidar.

O debate acerca das políticas públicas/sociais também foi bastante frutífero na análise e as discussões entre família, gênero e políticas sociais constroem um elo entre os resultados obtidos, assim destacamos quatro textos.

Moraes (2019), o problematiza a articulação entre deficiência, cuidado e políticas públicas analisando a incorporação do cuidado às pessoas com deficiência nas políticas de assistência social e saúde. A família continua sendo o pilar de provimento de cuidado para pessoas com deficiência e a autora reafirma a necessidade de que o cuidado seja reconhecido como direito social, responsabilizando a esfera pública pela garantia desse direito à população com deficiência.

Santos e Gomes (2019) trazem ao debate os estudos sobre a atenção domiciliar, vista como uma proposta inserida na política de saúde de alternativa ao modelo hospitalar hegemônico num movimento que as autoras consideram contraditório. Este artigo vai ao encontro das constatações de Miotto e Dal Prá (2015) em que o surgimento de programas governamentais evidenciam a intensificação da responsabilidade familiar na previsão de bem-estar, caminho contrário à lógica dos direitos sociais e pode ser observada por exemplo no Programa Melhor em Casa, que visa reduzir a ocupação dos leitos hospitalares, economizando assim, até 80% dos custos de um paciente.

Teixeira (2020) problematiza as análises do envelhecimento humano já naturalizado nas sociedades a fim de apresentar, na perspectiva crítica, uma sociedade que está sob a égide da crise do cuidado seja pelo aumento da demanda seja pela reduzida oferta na família e nas políticas públicas, que se agravam com as reformas neoliberais. A autora traduz de forma objetiva como a relação família/Estado é debatida e por qual motivo a centralidade da família na política social brasileira contemporânea é ainda tão presente.

Por fim, Orozimbo e Afonso (2020) ampliam a discussão dando um direcionamento sobre os sentidos da família nas políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, traçando

uma análise entre os períodos entre 1988 e 2015, no Brasil. A análise crítica e documental promovida pelas autoras delineou que a família tem um lugar estratégico nas políticas como: objeto, instrumento, parceira e/ou sujeito de direitos, envolvendo contradições na intersectorialidade na proteção social.

Por isso, após a análise desenvolvida nas 25 produções elencadas nas revistas Qualis A1 foi possível perceber que embora ainda se tratem de demandas recentes e desafiadoras, o Serviço Social tem se posicionado, por meio de uma leitura crítica da conjuntura.

Durante o levantamento dos 25 artigos, 23 deles são produções nacionais. Destes, notou-se que a região sudeste concentra o maior número de produções encontradas, sendo 11 artigos provenientes do estado do Rio de Janeiro e 02 de Minas Gerais. Foram encontradas 05 produções oriundas da região nordeste, dos estados da Bahia (01 artigo), Maranhão (01 artigo), Piauí (02 artigo) e Maranhão (01 artigo). A região Sul concentra cinco artigos publicados, representados pelos estados do Rio Grande do Sul (03 artigos) e Santa Catarina (02 artigos).

Os dois artigos provenientes do estado de Santa Catarina são produções de egressas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC (PPGSS/UFSC), bem como de uma docente do referido programa vinculada ao Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS), fundado no ano de 2013 e que desenvolve pesquisas e atividades de extensão universitária vinculadas a temática da Família e Política Social. Esse dado demonstra a relevância das discussões acerca da temática no cenário nacional visto que ambos os artigos questionam os atuais desafios colocados pelo trabalho de cuidado frente as políticas, programas e projetos que integram o sistema de proteção social e que ainda assim não conseguem responder as demandas, sobre carregando as famílias.

Chama atenção que do escopo analisado duas produções são provenientes do exterior, sendo um artigo oriundo de pesquisadores cubanos e outro artigo uma coprodução entre França e Uruguai. Ambos os artigos discutem sobre o tema deste trabalho, o cuidado, destacando principalmente a mulher enquanto cuidadora principal. Chama atenção que o Uruguai já possui uma avançada discussão a respeito do cuidado, inclusive este galgando o status de política nacional, assim, sendo considerado um direito social desde o ano de 2015, objetivando garantir que a política formule projetos com ênfase em atingir crianças, idosos e pessoas com deficiência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, foi possível perceber que o contexto sociopolítico brasileiro possui desde a sua formação particularidades que não podem ser desconsideradas quando se dedica a estudar as políticas sociais e seu avanço ao longo do tempo. Apesar da Constituição de 1988 ser considerada um marco no que tange a garantia de direitos, legitimando os cidadãos de garantias no âmbito da seguridade social, o Estado brasileiro se constituiu nas bases do modo de produção capitalista e, por isso, torna-se atravessado por tensionamentos entre as classes sociais que o constituem.

Ficou evidente que nesse âmbito, a família brasileira passa a ser cada vez mais acionada, numa perspectiva de responsável pela execução de demandas que nem o Estado, nem o mercado desejam atuar. E, quando se vê “a família e a sociedade civil como responsáveis pela proteção social de seus membros, sobrecarregando a família e a mulher, são nítidos a visão conservadora e o princípio de subsidiariedade da intervenção do Estado” (Teixeira, 2012, 84).

Compreendemos, também, que o familismo como um fenômeno social crescente, vem colocando a família como central na resolutividade nas questões de proteção social, impactando no campo do cuidado cada vez mais a incumbência da família se retroalimentar, seja emocionalmente seja financeiramente. Porém, a relação entre as famílias, o cuidado e a proteção social é estabelecida em uma linha muito tênue entre direito de proteção e a obrigatoriedade de responsabilização. Cabe às famílias, e principalmente as mulheres a promoção de um estado de bem-estar para seus membros que traz a tônica das categorias da desigualdade de classe, de gênero, etnia e responsabilização do cuidado.

Procuramos, por meio da pesquisa bibliográfica nas revistas Qualis A1 entender melhor a dinâmica do cuidado e como ele se apresenta, impactando profundamente nas relações das famílias e sobrecarregando as mulheres e como o Serviço Social tem se apropriado dessa discussão. É válido ressaltar que o extrato escolhido para a análise ainda é bastante restrito, pois do universo das revistas analisadas, apenas sete contemplaram o escopo desta pesquisa, sendo consideradas A1. Isso nos faz considerar que embora sejam publicações reconhecidas internacionalmente, ainda existem barreiras quanto a publicização de artigos nesses periódicos visto que muitas vezes não se aceitam temas genéricos, privilegiando chamadas temáticas específicas, possuindo também corpo editorial com expertise na área a ser avaliada, conferindo maior credibilidade e visibilidade dos materiais a serem publicados, mas também estreitando o extrato de publicações que chegam para avaliação e posterior publicação.

Cabe ressaltar que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do trabalho profissional puderam ser capturadas na leitura dos artigos haja vista em sua maioria se tratam de produções advindas de assistentes sociais que retornam a academia para continuidade de sua formação em formato pós-graduação, o que traz ao debate uma ótica fortalecida dos enfrentamentos do cotidiano profissional e da forma que se articulam as demandas aos profissionais.

Ademais, considerando o âmbito acadêmico, percebemos que as publicações produzidas podem colaborar positivamente no que se refere a uma discussão acerca do cuidado como direito, visto que a implementação de uma Política Nacional de Cuidados, como ocorrida no Uruguai, teve subsídio em “uma série de fatores, incluindo a existência de estudos acadêmicos que forneceram conceituações e evidências, novas informações estatísticas oficiais sobre os tempos de cuidado, a ação das organizações sociais e a decisão política de repensar o modelo de bem-estar.” (Batthyány et. al., 2019, 103). Essa informação tem grande relevância, pois indica que as produções acadêmicas desenvolvidas têm impacto favorável, sendo utilizadas como subsídio, juntamente com os demais levantamentos para desenvolver uma política pública amplificada.

É imperioso destacar que os artigos analisados trouxeram luz à discussão proposta pela pesquisadora e contemplaram a discussão sobre os objetivos traçados inicialmente como o questionamento de quais as intersecções entre o cuidado e o Estado, política social e família e como o Serviço Social tem se apropriado dos estudos e debates sobre o cuidado e suas intersecções com o Estado, política social e família. A conexão entre os fatos encontrados na análise e o desenvolvimento da pesquisa também sinaliza que ela não está concluída, sendo este trabalho possibilidade para futuras discussões sobre a temática do cuidado e também fonte de reflexão para leitores/as, contribuindo para apreensão temática sobre o cuidado e suas nuances.

A discussão sobre o cuidado, aliás, e sua inserção enquanto *ethos* público, pois ele é inerente da vida humana, é indispensável para construção de um projeto societário que vise ampliar a garantia de direitos sociais, tendo o Estado protagonista da operacionalização das políticas públicas, pois

[...] em um país como o Brasil, historicamente as famílias e, dentro delas, as mulheres assumiram este papel, desenhar políticas públicas justas, voltadas para os diferentes públicos beneficiários e que considerem as pessoas que prestam cuidado é um grande desafio, ainda maior no atual contexto. (Fontoura, 2023, p.71)

Foi perceptível durante a análise das publicações que as obras se referenciam nos estudos desenvolvidos por autores e autoras como Mito (2008), Pereira-Pereira (2007), Teixeira (2008), Fagnani (2011), Fagnani (2019), Hirata (2022) e Wiese, Dal Prá e Mito

(2017) que pertencem em maioria ao campo das ciências sociais aplicadas, com destaque ao Serviço Social, servindo de base para discussões profundas sobre o entendimento do tema na contemporaneidade.

O interesse inicial para o desenvolvimento desse trabalho partiu da inserção da pesquisadora no estágio obrigatório em um hospital universitário e a observação diária por meio das entrevistas sociais e visitas aos leitos fez perceber que cabia às mulheres a atividade de acompanhante, cuidando de seus entes internados. Ao invertermos o quadro, a mulher sendo a paciente internada, tínhamos que muitas vezes ela autoadministrava seus cuidados, embora assistida pela equipe multiprofissional, o amparo emocional e físico não se dava por um familiar próximo. Dessa forma, a pesquisadora enquanto acadêmica conseguiu ter em vista que o tema fundante deste trabalho, o cuidado, não pode ser compreendido de forma isolada, pois sua definição, seu desenvolvimento e seus impactos rebatem em diversas instâncias e nuances no cotidiano.

Por fim, o entendimento de que o tema é urgente na discussão da conjuntura atual e que o saber do/a assistente social tem muito a somar com os desdobramentos e intersecções entre o cuidado, o Estado, política social e família, pois diante de um cenário de desmonte de serviços e políticas sociais legalmente garantidas e de avanço do conservadorismo, urge um posicionamento político mais incisivo que busque a emancipação humana e a ampliação e consolidação da cidadania.

## REFERÊNCIAS

- ABRUSCIO, Fernando Luiz. Uma viagem redonda: Por que ainda discutimos o plano diretor da reforma do aparelho do Estado 25 anos depois?. *In: Reformas do estado no Brasil : trajetórias, inovações e desafios* / Organizadores: Pedro Luiz Costa Cavalcante e Mauro Santos Silva – Brasília, DF: CEPAL : Rio de Janeiro : Ipea, 2020. 595 p.. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216\\_lv\\_reformas\\_do\\_estado\\_prefacio.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/201216_lv_reformas_do_estado_prefacio.pdf). Acesso em 19. Nov. 2023.
- ALMEIDA, A. V. de et al. Perfil das mulheres idosas cuidadoras e os fatores associados à relação de cuidado. *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43 , p. 121-142, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art5.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art5.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.
- ALMEIDA, R. K. et al. Relações familiares na perspectiva de rede de apoio social às pessoas ostomizadas em tratamento oncológico. *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.44, p. 241-258, maio/ago 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_44\\_art10.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_art10.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.
- ALVES, A. M. .Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 132, p. 268–286, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4BsYkfms3cs63MHs6pWsYBC/#>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- ARAÚJO, L. J. C; JOAZEIRO, E. M .C. Direitos sociais em tempos de crise: desigualdades sociais e agravos à saúde. *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.44, p. 21-44, maio/ago 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_44\\_art1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_art1.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.
- BARRADAS BARATA, R. de C. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, [S. l.], v. 13, n. 30, 2016. DOI: 10.21713/2358-2332.2016.v13.947. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- BATTHYÁNY, K; GENTA, N.; SCAVINO, S. Cambios y permanências em las estratégias de cuidado infantil em el curso de vida: um análisis de género. *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.44, p. 95-120, jan/abril 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art4.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art4.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDO, M.H. de J. A produção de cuidadosna família e as políticaspara o envelhecimento. *Revista Em Pauta*, [Rio de Janeiro], v.16, n.42, p.65-80, 2º semestre de 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39408/27884>. Acesso em: 07 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Relatório Nacional de Revisão do Estado Brasileiro da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de

Pequim. Assessoria Internacional. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/RelatorioNacionaldeRevisodoEstadoBrasileirodaImplementaodaDeclaraoePlataformadeAodePequim..pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a fome. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em: 07 dez. 2023

BRASIL. **Decreto nº. 11.460, de 30 de março de 2023**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados e a proposta do Plano Nacional de Cuidados. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.460-de-30-de-marco-de-2023-474117782>. Acesso em 20 nov. 2023.

CAMARGO, A.C. Estomia ou Ostomia? Aprenda mais sobre o procedimento no Dia Nacional dos Ostomizados. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://accamargo.org.br/sobre-o-cancer/noticias/estomia-ou-ostomia-aprenda-mais-sobre-o-procedimento-no-dia-nacional-dos>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, S. M.. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 20–28, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fmXdwG7SdXBggJTcVVHjqVp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

CARLOTO, C.M. Programa Bolsa Família, cuidados e uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R.; CAMPOS, M. CARLOTO, C. (Orgs.) *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015. p.179-209.

CARVALHO, M. do C. B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A.R; VITALE, M.A.F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 7ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais - PUC/SP, 2018. P.307-315.

CERUTTI, P. et al.. O trabalho dos cuidadores de idosos na perspectiva da economia do care. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 2, p. 393–403, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xR9FBjtXN6TcTFgFDvCsdK/#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

DELGADO, J. PELAS LENTES DOS VELHOS: ensaios sobre a proteção social aos idosos. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 22, p. 891–910, 2018. DOI: 10.18764/2178-2865.v22nEp891-910. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9822>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DIAS, M. de J. S.; SERRA, J. do N.; DESMET, L. M. . CUIDADO INFORMAL DE PESSOAS VELHAS: o gênero feminino nesta provisão e nas políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 26, n. Especial, p. 335–354, 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26nEp335-354. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20288>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DONATI, L.; BEUTER, M.; SCHIMITH, M. D. Organização do Cuidado ao Idoso Dependente / Organization of Care to the Dependent Elderly. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), [S. l.], v. 17, n. 1, p. 115–125, 2018. DOI: 10.15448/1677-9509.2018.1.25727. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/25727>. Acesso em: 7 dez. 2023.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 63–101, nov. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?lang=pt#>. Acesso em: 05 nov. 2023.

ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 24, p. 85–116, set. 1991.

ESQUIVEL, Valeria. O cuidado: de conceito analítico a agenda política. *Nueva Sociedad*, n.256, p.86-96, 2015. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3\\_Esquivel\\_EP15.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3_Esquivel_EP15.pdf). Acesso em: 26 set. 2023.

FAGNANI, E. A inédita e embrionária cidadania social brasileira em xeque. *SER Social*, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 114–133, 2019. DOI: 10.26512/ser\_social.v21i44.23484. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/23484](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23484). Acesso em: 4 nov. 2023.

FAGNANI, E. A política Social no Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *Texto para Discussão IE/UNICAMP*, n. 192, 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FONSECA, Pedro Cezar D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *In: Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas* /Organizador: Ricardo Dathein. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td\\_2103.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf). Acesso em: 17 nov. 2023.

FONTOURA, Natalia. Debates conceituais em torno do cuidado e de sua provisão. *In: Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil* / Organizadoras: Ana Amélia Camarano, Luana Pinheiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. 538 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11842>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GAMA, A. de S.; ROCHA, L. de M.; DE ALCANTARA, K. R. . Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao trabalho e responsabilidades familiares. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 15, n. 39, 2017. DOI: 10.12957/rep.2017.30379. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/30379>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GELINSKI, C. R.O.G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R.; CAMPOS, M. CARLOTO, C. (Orgs.) **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p.125-146.

GENTIL, D. L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 46, 2017, p.10-31. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. 4 edição. Editora Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 21 nov. 2023.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa. FCC. R. de Estudos e Pesquisas em Educação. São Paulo, n. 91, nov., 1994.  
KERSTENETZKY, C. L. Sem Coração, Nem Cabeça: a política social negativa de Paulo Guedes. **Plataforma Política Social: caminhos para o desenvolvimento**. 2020. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/sem-coracao-nem-cabeça-a-politica-social-negativa-de-paulo-guedes/>. Acesso em 12 nov. 2023.

GRAH, B. **Cuidado em saúde: um estudo sobre o programa melhor em casa em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189923/PGSS0200-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 set. 2023.

GUIMARÃES, E. M. DE S.. Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. *Serviço Social & Sociedade*, n. 130, p. 564–582, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3M8B67GBFspYdZRZMNdZtCk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

MANCINI, Marina Valéria Delage Vicente. **Fundo público e orçamento das políticas sociais: uma análise da União nos 12 anos de governo PT (2003- 2014)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora/MG, 2016.

MARX, Karl (1859[1977]) "**Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**", in Karl Marx e Friedrich Engels [1977] Karl Marx e Friedrich Engels - Textos 3, São Paulo: Edições Sociais: 300-303. Originalmente publicado em alemão, 1859. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/terceiros/cursos/1859.Prefacio-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MORAES, P.M. Deficiência e cuidado: implicações para as políticas públicas. *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43 , p. 325-348, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art\\_14.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_14.pdf). Acesso em: 07 dez.2023.

MOREIRA, T.A; MOSER, L.. Família, trabalho do cuidado e uso do tempo: desafios para mulheres de baixa renda. . *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43, p. 67-94, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art3.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art3.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 142 p.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 380 p. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-relacoes-sociais-e-servico-social/view>. Acesso em 12 ago. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: **Diálogos do cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 1, Brasília: CFESS, 2021. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVoll-Site.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MIOTO, R.C.T. Família e Políticas Sociais. In BOSCHETTI, I; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.M.; MIOTO, R.C.T. **Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora/CAPEL, 2008.

\_\_\_\_\_; Dal Prá, K.R. **Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., Juiz de Fora, 2012. Disponível em: [https://nifaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-9\\_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias\\_Mioto-servi%C3%A7os-sociais-e-familia.pdf](https://nifaps.paginas.ufsc.br/files/2015/05/texto-9_capacita%C3%A7%C3%A3o-trabalho-com-familias_Mioto-servi%C3%A7os-sociais-e-familia.pdf). Acesso em 19 nov. 2023.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; WIESE, M. L. Política Social e Processos de Judicialização: serviços sociais e famílias em foco. **SER social**, v. 20, p. 11-29, 2018. Disponível em:

MORENO, R. **Além do que se vê: uma análise das contribuições do feminismo para a economia**. Dissertação de mestrado (Ciências Humanas e Sociais). UFABC, Santo André, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro. O CAMINHO DA PROSPERIDADE. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ONU Mulheres. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Organização das Nações Unidas. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf). Acesso em: 29 set. 2023. (Referência - lembrar de complementar)

OROZCO, Amaia Pérez. “Ameaça Tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico”. In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012. Disponível em: [https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas\\_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf](https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

OROZIMBO, E. M. B.; AFONSO, M. L. M. **Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social.** *Serviço Social & Sociedade*, n. 137, p. 95–112, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/QGNnfsGCP5cJq8cqtq4mXTQ/?lang=pt#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

PASSOS, R. G. **“Entre o assistir e o cuidar”:** *tendências teóricas no Serviço Social brasileiro* | **“Between assisting and caring:” theoretical tendencies in Brazilian Social Work.** *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 15, n. 40, 2018. DOI: 10.12957/rep.2017.32725. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/32725>. Acesso em: 7 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **“De escravas a cuidadoras”:** *invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira.* *O Social em Questão*, [Rio de Janeiro], v. XX, n.38 , p. 77-94, maio/ago 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_38\\_art\\_4\\_Passos.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial.** *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 214 p.

\_\_\_\_\_. Estado, sociedade e esfera pública. *In: CFESS; ABEPSS.(org.).Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* 1. ed. Brasília: CFESS, 2009. v. 1, p. 01-18. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8jWy8e5p39eA46R2v6H9.pdf>. Acesso em 20 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **“Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar”.** *In Mione Apolinário Sales et al. Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos.* São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, p. 729–753, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bSGwqYTtYTpMqHc5SXkSKK7h/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 nov 2023.

PEREIRA, C. P. . A proteção Social em tempos sem brios. *Argum.*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945/12637>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PEREZ, A. M. et al. **MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR: tensões e contradições na assistência social brasileira.** *Revista de Políticas Públicas*, vol. 22, pp. 1665-1682, 2018 Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844085/html/>. Acesso em: 07 dez. 2023

RAICHELIS, R. . Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social & Sociedade*, n. 116, p. 609–635, out./dez. 2013.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgixy4H54tJtXyxVst/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

RIBEIRO, T.S. **É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, gênero e famílias.** O Social em Questão, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43 , p. 43-66, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art2.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art2.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

SANTOS, B. F; GOMES, M. R. B.. **Atenção Domiciliar à Saúde e a centralidade dos cuidados na família: coparticipação ou super responsabilização?.** O Social em Questão, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43 , p. 217- 238, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art\\_9.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_9.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

SIMIONATTO, I.; NOGUEIRA, V. M. R.. **As novas configurações do Estado e dos direitos sociais no cenário contemporâneo.** In: VIII Congresso Luso- Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ivete\\_SimionattoII.pdf](https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ivete_SimionattoII.pdf). Acesso em: 22 set. 2023.

SOUZA, I. de L.; DE LIMA, R. de L.. **Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 17, n. 44, 2019. DOI: 10.12957/rep.2019.45219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/45219>. Acesso em: 7 dez. 2023.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**, Brasília, 2019, n. 44, p. 11-28. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/23478/21169](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478/21169). Acesso em: 11 nov. 2023.

TEIXEIRA, S. M. . Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. **Emancipação (Online) (Ponta Grossa)**, v. 13, p. 75-86, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/3575/3799>. Acesso em: 23 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Família e as formas de proteção social primária aos idosos. **KAIROS Gerontologia**, São Paulo, v.11, n.2, p.59-80, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2393/1486>. Acesso em: 19 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 135–154, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZGq7Ld9qsYWyrnfxzjLtWZL/#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. **SER Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 104–128, 2011. DOI: 10.26512/ser\_social.v13i28.12684. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12684](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12684). Acesso em: 7 nov. 2023.

VAZQUEZ, A. C. B; FALCÃO, A.T. da S.. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. O Social em Questão, [Rio de Janeiro], v. XXII, n.43 , p. 371 - 392, jan/abr 2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art\\_SL2.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_SL2.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, UCAM, IUPERJ, 2000.

Wiese, M.L. *et al.* O Cuidado como Direito Social e como Questão de Política Pública. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero (11.: 2017: Florianópolis, SC). Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds Congress / Organização: Jair Zandoná, Ana Maria Veiga e Cláudia Nichnig. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1493036300\\_ARQUIVO\\_CuidadoComoDireitoSocial.pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1493036300_ARQUIVO_CuidadoComoDireitoSocial.pdf). Acesso em: 19 nov. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 125-141. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7IhGdgh1.pdf>. Acesso em 31 jul. 2023.

ZALDIVAR, L.G; HERNÁNDEZ, H.C.. Reflexiones en torno al cuidado en Cuba. *Argum., Vitória*, v. 10, n. 1, p. 166 - 179, jan/abr, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18697/13187>. Acesso em: 07 dez. 2023.